



UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO

**COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO:
Reflexões sobre Educação Especial Inclusiva**

JORGE HENRIQUE DA COSTA RABELO

Rio de Janeiro
2021

JORGE HENRIQUE DA COSTA RABELO

**COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO:
Reflexões sobre a Educação Especial Inclusiva**

Trabalho de conclusão do curso de Pedagogia
da Universidade Castelo Branco.

Rio de Janeiro
2021

C268

Rabelo, Jorge Henrique da Costa

Colégio militar do Rio de Janeiro: reflexões sobre educação especial inclusiva / Jorge Henrique da Costa Rabelo. - Rio de Janeiro: Universidade Castelo Branco - UCB, 2021.

64 p.

Trabalho de conclusão de curso: pedagogia

1. Educação inclusiva. 2. Políticas públicas. 3. Colégio militar do Rio de Janeiro. I. Universidade Castelo Branco – Curso de pedagogia.
II. Título

CDD 373.243098153

FOLHA DE APROVAÇÃO

JORGE HENRIQUE DA COSTA RABELO

COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 01 de julho de 2021

Trabalho apresentado como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Castelo Branco. Orientado pela Professora Stella Alves Rocha da Silva.

Trabalho aprovado com nota10.0..... Dez.....

Stella Alves Rocha da Silva

Orientadora professora

Stella Alves Rocha da Silva

Avaliadora

Patricia Flavia Mota

Patricia Flavia Mota

Avaliadora

Susan Kratochwill

Susan Kratochwill

**Dedico este trabalho a Deus, pois tudo o que tenho e sou; devo à Ele.
Dedico esse trabalho acadêmico aos meus pais Jorge e Kátia (*in memoriam*), com todo o meu amor e carinho.**

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado sabedoria, saúde e disposição para iniciar e concluir com louvor essa etapa da minha vida.

A Universidade Castelo Branco (UCB), Campus Realengo, seu corpo docente e discente, direção e administração que participaram direta e indiretamente de minha formação; proporcionando experiências que transcenderam as paredes escolares.

A minha orientadora, Prof^a Stella Alves Rocha da Silva, pelos direcionamentos, conselhos e suportes oferecidos; destacando o afeto sempre transmitido e o profissionalismo emanado.

Aos membros da banca por toda a sua contribuição técnica e científica para o meu Trabalho de Conclusão de Curso.

A minha mãe de coração Máisa, a minha avó Miralda, a minha sogra Marlene, a minhanoiva Patricia, meu paizão Márcio Bernardino, as minhas irmãs Andreia e Adriana, aos meus irmãos e amigos Claudio, Caio, Matheus, Gabriel Messias, Monteiro, Leandro Teixeira, Arcangelo, Caleo, Ana Paula, Simone Freire e Davi; por me incentivarem e sonharem comigo até a final dessa trajetória.

Para a realização e acesso aos materiais institucionais, pude ser agraciado com o apoio de algumas pessoas e setores que foram importantes para essa conquista: ao Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx), à Biblioteca do Exército (BIBLIEx), à Fundação Cultural do Exército Brasileiro (FUNCEB), ao Senhor General Carlos Machado - Diretor da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial do Exército Brasileiro, ao Senhor Coronel Leão – Chefe da Assessoria de Relações Instituições do Comando Militar do Leste (CML), ao Senhor Coronel Vitório – Chefe de Gabinete da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA) do Exército Brasileiro, ao Senhor Coronel Azevedo da reserva e ex-chefe da Divisão de Ensino do Colégio Militar do Rio de Janeiro, à Senhora Coronel Alessandra – Chefe da Seção de Ensino da DEPA, ao Senhor Coronel Marco Antonio – Gestor de Projetos Educacionais do Sistema Colégio Militar do Brasil - da DEPA, ao Senhor Tenente Coronel Gilberto Cardoso – Coordenador Pedagógico da DEPA, ao Senhor Tenente Coronel Brás – do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, ao Senhor Tenente Coronel Silva Souza – Chefe da Comunicação Social do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), ao Senhor Major Aballo – Chefe da Seção Psicopedagógica do CMRJ, ao Senhor Major Fábio Araújo – Coordenador da Seção de Atendimento Educacional Especializado do CMRJ, à Senhora Tenente Íris Silva – Chefe da Biblioteca do CMRJ, a Senhora Tenente Janiara de Lima Medeiros – do Centro de Idiomas do Exército (CIdEx), à Senhora Tenente Kelly Leal da BIBLIEx, ao Senhor Tenente Finamor – Chefe da Biblioteca da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e a Senhora Sabrina Celestino – Professora e Pesquisadora do Centro de Capacitação do Exército (CCFEx).

É a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela! O direito à educação é indisponível e, por ser um direito natural, não faço acordos quando me proponho a lutar por uma escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados. (MANTOAN, 2003, p. 8)

RESUMO

Esta obra objetivou-se compreender o processo de inclusão nos colégios militares, mediante o estudo procedimental de uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista a vasta quantidade de bibliografias e documentos que ainda não tinham sido explorados. Embora a literatura pertinente oferecesse muitas contribuições no sentido de entenderem-se melhor os contextos de inclusão na educação, as abordagens destacaram a especificidade de sua função em termos de capacitação necessária, indicando a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre a atuação desses profissionais segundo a sua própria perspectiva. O trabalho foi distribuído em três tópicos apresentou; primeiramente, o contexto histórico da educação especial e em especial a inclusão nos colégios militares. Discorreu seguidamente o percurso teórico-metodológico para aplicação das diretrizes pedagógicas. E após isso nos fez conhecer a formação continuada de docentes e técnicos visando à inclusão de pessoas com deficiências. Certamente, as políticas públicas destinadas à educação especial inclusiva tem propiciado ao Sistema Colégio Militar do Brasil um repensar as práticas, alinhadas as legislações e teorias educacionais, mudanças procedimentais, atitudinais, arquitetônicas e de currículo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Políticas Públicas; Colégio Militar do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. O PROBLEMA	09
1.1 JUSTIFICATIVA	09
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Geral	10
1.2.2 Específicos	10
1.3 QUESTÕES DE ESTUDOS	10
2. METODOLOGIA DA PESQUISA	12
2.1 TIPO DE PESQUISA	12
2.2 COLETA DE DADOS	12
3. REVISÃO DA LITERATURA	14
3.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E EM ESPECIAL A INCLUSÃO NAS ESCOLAS MILITARES	14
3.2 O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA A APLICAÇÃO DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS	47
3.3 A FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES E TÉCNICOS VISANDO A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS	49
4. CONCLUSÃO E/OU RECOMENDAÇÕES	57
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

O trabalho a ser discorrido, originou-se na pauta de estudo da inserção da Educação Especial Inclusiva dentro do Sistema Colégio Militar do Brasil, que delimitado tornou-se foco da pesquisa o Colégio Militar do Rio de Janeiro; mediante as demandas que surgiram através de mudanças na sociedade e a manifestação dos tratados e decretos ao longo de décadas.

Ao acompanharmos os caminhos que a história levou para se pensar de maneira reflexiva, propondo e garantindo direitos as pessoas com necessidades especiais que eram deixados a margem da sociedade por não serem entendidos e observados como pessoas de capacidade; temos uma laboriosa trajetória que ganhou apoio com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 pela Organização das Nações Unidas e serviu de referência para demais importantes decretos e leis deníveis nacionais e internacionais.

Enquanto militar do Exército Brasileiro, compareci nos dias 5 e 6 de setembro do ano de 2017, participando, na condição de ouvinte, de um evento no Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), intitulado XII Semana de Ciências Humanas – 2017 – Educação Inclusiva: avanços e desafios. É um seminário que ocorre anualmente e que visa propiciar momentos de reflexão acerca dessa temática tendo, como público-alvo, docentes e discentes de estabelecimentos de ensino interessados e envolvidos com a questão da “Educação Inclusiva”, além de buscar um maior intercâmbio com a comunidade acadêmica. Neste contexto, o tema da Educação Especial Inclusiva, dentro de um ambiente militar, me suscitou interesse e curiosidade em saber de que maneira isso ocorreu.

Inicialmente, foi proferida uma palestra pelo Senhor General de Brigada Flavio Marcus Lancia Barbosa da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA) – órgão que gerencia todos os Colégios Militares do Brasil, onde foi abordada a Diretriz de Implementação do Projeto Educação Inclusiva no Sistema Educacional do Colégio Militar do Brasil SCMB, sua inclusão no Regulamento dos Colégios Militares e, ainda, socializados dados sobre o quantitativo de alunos com necessidades educacionais especiais (369 alunos) e o total de educadores, composto por docentes e agentes de ensino, (386 profissionais), no SCMB.

Quatro palavras ficaram latentes em minha mente, ditas e apresentadas pela senhora Tenente Coronel Alessandra, Chefe da Divisão de Ensino da DEPA, ao findar

a sua palestra tratando sobre os quatro pilares da Educação Especial: acesso, permanência, aprendizagem e participação.

O evento foi um espaço para debates e partilha de experiências educacionais, buscando potencializar o papel da escola e fomentar ações dinâmicas e criativas do professor e dos outros agentes da educação diante da inclusão de pessoas com necessidades especiais educacionais (NEE).

Neste panorama contextual, cabe trazer dois princípios constitucionais que dialogam com a perspectiva de construção de uma Educação Especial Inclusiva, a saber: evidenciar que o princípio constitucional dá o princípio da isonomia e o princípio da dignidade da pessoa humana.

Desse modo, é possível inferir que a Educação Especial Inclusiva, com base nestes princípios constitucionais, apresenta elementos eficazes para o processo de partilha de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular; articulação de parcerias intersetoriais na implementação de políticas públicas, garantia de recursos em acessibilidade, intensificação do trabalho com as famílias, ampliação do Atendimento Educacional Especializado, dentre muitas outras possibilidades.

Como educador, entendo que apenas políticas públicas não garantem a efetivação dos direitos, faz-se necessário reestruturações culturais, político-pedagógicas e reorganização das práticas vivenciadas no processo de ensino-aprendizagem – o que me motivou a produzir este Trabalho de Conclusão de Curso.

Como desenvolvimento dessa obra, acredito que estudar a história nos ajuda a pensar que nada aconteceu por acaso e ainda hoje, possivelmente teremos resquícios de práticas equivocadas que segregam e institucionalizam o comportamento e posturas que deveriam ser tratamento igualitário. Mas a parceria de todos os setores da sociedade, incluindo o poder público e o Estado podem propiciar uma maior amplitude de informações; trazendo quebra de paradigmas e alinhando as políticas públicas. Tudo pode ser mudado e para melhor. Quem ganha somos todos nós.

A linha de pesquisa do curso de Formação de Professores – Pedagogia que proponho está alinhada nas ações afirmativas para a inclusão que investiga práticas e concepções legais e teóricas voltadas para a inclusão na Educação Básica, potencializando discussões voltadas para a acessibilidade e para garantia da aprendizagem; alinhada a temática 2 – Políticas públicas e formação de professores, por apresentar uma articulação entre as políticas públicas educacionais e o processo

de formação inicial e continuada de professores na perspectiva de contribuir para a compreensão de demandas inseridas no bojo de diferentes níveis e modalidades de ensino que se materializam pelas seguintes abordagens: inclusão, gestão democrática, novas tecnologias, neurociência e psicopedagogia.

1. O PROBLEMA

O Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), se encarregou da solicitação nos últimos tempos, em demanda dos estudantes com necessidades especiais. Composto por 14 (quatorze) colégios sob o controle da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), subordinada ao Departamento de Educação de Cultura do Exército (DECEX), o SCMB atende e promove a educação básica, para cerca de 14 mil alunos de ambos os sexos, são assistencializados em todo o país.

As políticas públicas voltadas para a educação especial inclusiva vêm contribuindo para a mudança do fazer pedagógico no colégio militar? Quais mudanças podem ser identificadas?

1.1 JUSTIFICATIVA

Embora a literatura pertinente ofereça muitas contribuições no sentido de entenderem-se melhor os contextos de inclusão na educação, as abordagens destacam a especificidade de sua função em termos de capacitação necessária, indicando a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre a atuação desses profissionais segundo a sua própria perspectiva.

Várias ações políticas de nível internacional e nacional vieram para assegurar, promover, endossar e reafirmar direitos que foram conquistados num arcabouço histórico de lutas e conquistas. Dentre eles, podemos destacar em nível internacional, a promulgação em dezembro de 1975 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (Resolução ONU nº 2.542/1975) que teve como alguns dos objetivos os de... ”assegurar os direitos das pessoas com deficiência, no que diz respeito, principalmente: à dignidade humana, aos direitos civis e políticos” (Silva 2010, p.60).

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal do Brasil para objetivava a instituição do ...”Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a

igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (Silva 2010, p.67).

Faz-se necessária o emprego e a reflexão da prática educacional para possibilitar instrumentos que assegurem o protagonismo aos sujeitos e o melhor uso daqueles que operacionalizam o fazer pedagógico, uma vez que política pública é feita para dar voz a todos:

Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com toda a urgência. Essa superação refere-se ao “que” ensinamos aos nossos alunos e ao “como” ensinamos, para que eles cresçam e se desenvolvam, sendo seres éticos, justos, pessoas que terão de reverter uma situação que não conseguimos resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano. Recriar esse modelo tem a ver com o que entendemos como qualidade de ensino. (MANTOAN, 2003, p.34)

Precisamos refletir que a escola prepara o ser humano educando para a vida em sociedade. A educação transcende os bancos escolares para colaborar com a formação de cidadãos plenos em seus direitos e deveres.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Compreender o processo de inclusão nos colégios militares.

1.2.2 Específicos

- Descrever o contexto histórico da educação especial e em especial a inclusão nas escolas militares.
- Investigar o percurso teórico-metodológico para a aplicação das diretrizes pedagógicas.
- Conhecer a formação continuada de docentes e técnicos visando a inclusão de pessoas com deficiências.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDOS

- Que mudanças a história da educação inclusiva e as políticas públicas interferiram para referenciar e influenciar na elaboração implementação da inclusão nos colégios militares na rede básica de ensino?
- Por que apenas em 2015 foram elaboradas as Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB?
- Quando começou a parceria entre o Instituto Helena Antipoff – estabelecimento público de ensino especializado em Educação Especial, pertencente à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e se configura Centro de Referência em Educação Especial no Brasil para formação e capacitação dos profissionais?
- Quantos profissionais, atualmente, são capacitados? Como acontece essa formação? Quais as reformas arquitetônicas no CMRJ? Qual (is) o(s) documento (s) regulador(es)?

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 TIPO DE PESQUISA

De acordo com Malheiros (2011), quanto à natureza, a pesquisa buscou ser pura, pois alcançou novos conhecimentos; contribuindo com a ciência.

Quanto ao paradigma, a abordagem da pesquisa foi qualitativa, pois realizou uma interpretação na visão do pesquisador, segundo Creswell (2010) e altamente conceitual, segundo Lozada (2018).

Segundo Lozada (2018), o tipo quanto aos objetivos é descritiva pois reuniu e analisou muitas informações sobre o assunto estudado.

Quanto ao procedimento, a pesquisa foi bibliográfica devido ter agregado uma vasta quantidade de bibliografias relacionadas ao tema de estudo (LAKATOS, 2017); e documental, por ter analisado documentos que ainda não eram analisados; enquanto pesquisa (GIL, 2002).

Quanto ao método, a metodologia científica foi dedutiva por se tratar de uma pesquisa que parte de um objeto individual da observação de uma situação geral para a explicação de características individuais, do geral para o particular. (LOZADA, 2018)

2.2 COLETA DE DADOS

A bibliografia para este estudo foi coletada na Biblioteca Manuel Bandeira, da UCB, na plataforma EB Conhecer¹ do Exército Brasileiro e em *sítes* virtuais de universidades e no site da Scielo, do Google acadêmico, durante o período de fevereiro a novembro de 2020.

O tempo de coleta foi estabelecido considerando o limite de tempo para realizar o trabalho de conclusão do curso – motivo principal da realização desta pesquisa.

Tal tipo de pesquisa teve como aporte alguns documentos institucionais de domínio público, tais quais: Declaração de Salamanca, Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, e outros de caráter restrito à instituição militar, tais quais: Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB, artigo “Estratégias de gestão para implementação da educação inclusiva no CMRJ”. Em tempo, busquei autorização

¹ EB Conhecer é uma união centralizada de plataformas digitais que hospedam as bases de dados relacionadas à gestão de informação no âmbito do Exército Brasileiro. Para saber mais, acesse: <http://ebconhecer.eb.mil.br>

junto aos órgãos competentes (DEPA, CMRJ) para ter acesso a mais materiais que fundamentaram esta pesquisa.

Foram feitas pesquisas com aquilo que há de mais recente no campo da Educação Inclusiva dentro dos Colégios Militares, sendo assim; a pesquisa esteve de acordo com os princípios do estado da arte, segundo Malheiros (2011).

Cabe evidenciar que não houve entrevistas. As questões investigadas foram dinamizadas mediante a análise de documentos.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E EM ESPECIAL A INCLUSÃO NAS ESCOLAS MILITARES

Compreender o tempo histórico que envolve a trajetória de lutas e conquistas no campo da educação especial nos ajuda a pensar como a perspectiva da inclusão se faz necessária e precisa ser sempre repensada pelos diversos agentes da sociedade. Sendo assim, "recorrer à História é um dos caminhos possíveis para a compreensão de práticas humanas que vivemos nos dias atuais". (FERNANDES, 2013 p. 35).

A história social que traça um panorama acerca da educação especial inclusiva é dividida, segundo Fernandes (2013), em quatro fases: período de extermínio², período de segregação/institucionalização, período de integração e período de inclusão. As duas primeiras (período de extermínio e período de segregação/institucionalização) referem-se "ao período pré-científico de relação da sociedade com a deficiência;" e sua "justificativa para quadros físicos e mentais era embasada em uma dimensão espiritual, aquém da compreensão humana", segundo Belther (2017, p.03). Já as outras duas (período de integração e período de inclusão), que só surgiram, então, no século XIX; na qual, retrataram a luta e a questão da deficiência; inicialmente sem o apoio de órgãos representativos (integração), depois vindos com o incremento de um movimento para a promoção de acessibilidade (inclusão), de acordo com Belther (2017).

No primeiro considerado como extermínio, destaca-se, conforme Bether (2017, p. 04) afirma:

Na Antiguidade, então, que surgem as primeiras menções às formas de tratamento destinadas às pessoas com deficiências. Tal período tem início com as mais antigas civilizações, durante até o século V, com a queda do Império Romano do Ocidente, e é considerado o período de extermínio por condenar à morte pessoas com deficiências.

² Esse período "é marcado, basicamente, pela brutalidade em relação às pessoas com deficiência, quando não tinham sequer direito à vida. Essa situação só mudou no período seguinte, de segregação, quando, sob a hegemonia da Igreja Católica, houve a propagação de ações assistencialistas." (BELTHER, 2017,p.03)

É importante evidenciarmos que "são escassos os registros das condições de existência de pessoas com deficiências, na origem da humanidade", segundo Fernandes (2013, p. 35). Por isso, a "Antiguidade é o período histórico no qual encontramos menção às primeiras formas de tratamento dados às pessoas com deficiências", de acordo com (FERNANDES, 2013, p. 37).

Tais práticas, na Antiguidade, segundo SÊNECA *apud* Corrêa (2009, p. 11) eram consideradas da seguinte maneira:

Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal construídos, mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós as afogamos: não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes são aquelas que podem corrompê-las. (*Sobre a Ira, XV*)

Grandes avanços em Roma foram deixados como uma herança para a posteridade, dentre as quais, "às leis, aos avanços praticados na medicina, aos progressos em termos de saúde pública", (SILVA, 1987 *apud* Corrêa, 2009, p. 11). Devido a isso, foi criando-se uma mentalidade na sociedade de análise crítica acerca dos padrões sociais e costumes e uma preocupação com as necessidades básicas, tais quais, as questões sanitárias que reverberaram em subsídios jurídicos e estudos, mediante uma cientificidade nos campos político, sócioantropológicos, sóciofilosóficos e médico que colaboraram para as noções de inclusão que temos hoje.

Cabe mencionar que "nem todas as crianças deficientes foram mortas. Muitas que nasceram com má formação, doentes ou aquelas consideradas anormais eram abandonadas em cestas com flores às margens do rio Tigre", segundo Corrêa (2009,p.11).

No Brasil, já havia práticas de exclusão que se data de antes mesmo do descobrimento feito pelos europeus, haja vista que os índios já viviam aqui, conforme Figueira (2011, p.10) sugere:

Antes mesmo do Descobrimento do Brasil, em muitos relatos de historiadores e antropólogos, então registrados, já havia a prática de exclusão entre os indígenas quando nascia uma criança com deformidades físicas. Ao nascerem, eram imediatamente rejeitadas, acreditando-se que trariam maldição para a tribo. Uma das formas de se livrar delas era abandonar os recém nascidos nas matas ou atirá-los de montanhas e, nas atitudes mais radicais, sacrificá-los nos chamados rituais de purificação. Eram raríssimos os "aleijados" e pessoas com deformações de origem traumática. O fato de os indígenas, por possuírem uma robusta constituição física, serem fortes e sadios, poderia ser um fator que reforçava a política de exclusão, eliminando

todos aqueles que nascessem ou viessem a apresentar algum tipo de deficiência visível fora dos padrões e modelos pré-estabelecidos pela tribo.

Afirma Pessotti (1984 apud SILVA, 2010), que em várias partes da Europa, o abandono e negligência eram hábitos corriqueiros, durante a Antiguidade. Carvalho (2004) divide essa fase em dois momentos: antiguidade primitiva e antiguidades clássica, explicando:

Na antiguidade clássica primitiva, a educação era voltada para o cotidiano, para a satisfação das necessidades. Era uma educação essencialmente prática, espontânea, calcada na imitação e na verbalização. Todos eram alunos e todos eram educadores; a educação era igual para todos.

Na antiguidade clássica, o pensamento pedagógico grego destacou-se e, até hoje, é estudado e apontado como de singular avanço para a época, além de ser reconhecido por sua marcante influência posterior. (CARVALHO, 2004,p.21)

Houve discordâncias quanto à visão de acolhimento, relacionado as pessoas com deficiências. Enquanto em alguns lugares elas eram mortas, em outros, eram consideradas "possuídas por demônios," necessitando de purificação." (CORRÊA, 2009, p. 13)

Em relação à nobreza, Belther (2017) afirma que tal parcela da sociedade controlava a política e a economia; além de encarrega-se de arrojear o seu exército militar. A tipo de notável evidência:

Apesar da importância e de todos os avanços identificados na cultura grega, não podemos esquecer que a educação era, apenas, para os homens livres, isto é, para aqueles que não precisavam se preocupar com a sobrevivência, sendo que os guerreiros e os escravos constituíam as classes inferiores e não tinham vez, no processo educacional "acadêmico". (CARVALHO, 2004, p. 21)

Com respeito à exclusão que ocorria entre a população grega:

[...]...o critério [...] não consistia em um fato isolado, destinado apenas às pessoas com deficiências, já que no tempo de maior florescimento de Atenas, em comparação aos seus 90.000 cidadãos livres, havia 365.000 escravos para cada cidadão livre." (ENGELS, 2002, apud FERNANDES, 2013, p. 39)

Segundo Fernandes (2013), o acúmulo de bens e posses por um grupo pequeno, ligado da extinção da labuta do indivíduo com liberdade, acarretou a

degradação do costume de produção que dependeu da escravidão e colaborou para o surgimento de uma nova forma de atuação, referenciado no serviço.

Com o findar da Antiguidade, "passou a ter alma e, assim, não podia ser eliminado, abandonado ou maltratado porque isso seria inaceitável à moral cristã. Agora eles eram filhos de Deus e seres humanos como todos os outros." (CORRÊA, 2009, p. 13).

De acordo com Emmel *apud* Silva (2010, p16), na Idade Média, ocorreu que:

o quadro de abandono dos indivíduos com deficiência se modificou porque a propagação da doutrina cristã incutiu na população o pensamento de que o homem era criatura divina, portanto, todos deveriam ser aceitos e amados como tal. Assim, a morte de crianças não desejadas pelos pais passou a ser condenada.

Através da fortificação da era do cristianismo, iniciado no século XI pôde então perceber-se que o clero ganhou poder e influenciou novos ideais acerca do ser humano, garantindo o "direito à vida a todos, em oposição às práticas anteriores de condenação à morte," segundo Belther (2017, p.5). Aqueles que contrariassem as visões instituídas pela Igreja, eram considerados hereges, e tinham como sentença; se não reconfigurassem de suas atitudes e opiniões o lançamento à morte através da fogueira; segundo Figueira (2005).

As visões da era cristã colaboraram para mudanças que:

Derivada da concepção de filantropia e assistencialismo de um ato de caridade conduziria à salvação da alma, inerente à concepção cristã, é que surgem, em meados do século XVI, as primeiras iniciativas de proteção como criação de asilos e abrigos de assistência a pessoas com deficiência. (FERNANDES, 2013, p.41)

A partir desse momento, "o deficiente não podia mais ser assassinado. Ele tinha que ser mantido e cuidado. Assim, a rejeição da Antiguidade se transformou, na Idade Média, na ambiguidade proteção-segregação, graças ao cristianismo." (CORRÊA, 2009, p.15)

Corrêa (2009) afirma que com a expansão da urbanização na Europa, nessa fase histórica; ocorreu uma subtração relativa aos asseios concernentes às questões higienistas, em grande parte das metrópoles; acarretando em abandono referentes à

assuntos sanitários e a propiciação de doenças mais graves³. Devido à falta da difusão de estudos, essas doenças de alta complexidade para a época, eram tidas como "sinais da ira ou castigo de Deus". (CORRÊA, 2009, p.13)

Acrescentando, Corrêa (2009, p.14), discorre que:

Por volta de 1300, apareceu a primeira legislação sobre os cuidados a serem tomados com a sobrevivência e principalmente com os bens dos deficientes mentais, a "De Praerogativa regis", baixada por Eduardo II da Inglaterra. Com esta lei, o rei zelaria para que fossem satisfeitas as necessidades do deficiente, apropriando-se de todos os bens deste e utilizando somente uma parte para custear as despesas e os cuidados necessários.

Acerca da Idade Média, Carvalho (2004, p.21) sustenta que:

Apesar da mensagem cristã de amor ao próximo como a si mesmo, a existência de homens escravos era admitida com naturalidade. A educação integral (para desenvolver todas as potencialidades humanas) era para o clero e para a nobreza; os trabalhadores aprendiam pela tradição oral que contemplava, apenas, a cultura da sobrevivência. Não lhes era dado acesso ao mundo letrado e culto.

No decorrer do século XVIII, que apareceram as rudimentares universidades; sendo núcleos de sapiência referenciada; assevera Carvalho (2004).

Mendes (2006 *apud* SILVA, 2010), evidencia que se iniciou no século XVI, a história propriamente dita da educação especial pelo mundo. Já (Fernandes (2013, p. 27)), afirma que "até o século XVI, não havia na sociedade a preocupação em oferecer atendimento educacional às pessoas consideradas "diferentes" das demais".

Fernandes (2013) caracteriza o período histórico como segregação, trazendo evidências elementares, como Fernandes (2013, p. 41) afirma que:

Com a Revolução Burguesa, o cenário político e econômico sofre uma grande transformação: a Igreja Católica perde o seu poder absoluto, a monarquia inicia sua derrocada, surgem os estados modernos e, em conexão com o processo de industrialização e de transformação capitalista, tem início a gênese da instituição da norma e normalidade, impulsionada pelas ciências naturais.

³ "Hanseníase, Peste Bubônica, Difteria, Influenza – devastaram a Europa e, durante vários séculos da Idade Média, deixaram para os sobreviventes grandes sequelas" (CORRÊA, 2009, p.13)

Acerca dessa expansão desordenada urbana dessa época, Figueira (2005), cita a "*peste negra*", que assolou a Europa entre 1348 e 1350 e matou cerca de um terço de toda a população.

No tocante ao Capitalismo, Belther (2013, p. 7) diz:

a relação estabelecida entre homem e trabalho garante, entre outras coisa, odireito à propriedade e à acumulação: no entanto, os indivíduos precisam vender sua mão de obra no mercado de trabalho para garantir sua sobrevivência. Logo, aqueles que não se ajustarem a essa dinâmica automatizante são excluídos e marginalizados.

Com relação ao início da fase segregação, pode-se mencionar, se deu "quando médicos e educadores, discordando dos conceitos vigentes nessa época⁴, passaram a se esforçar para educar as pessoas com deficiências", segundo Belther (2017"., p. 8). Referente às deficiências, as explicações de suas causalidades; perderam o viés religioso; dando lugar a justificativas da natureza, como afirma Belther(2017).

A ótica educacional que derivaram dessas concepções, segundo Carvalho (2004, p. 23):

afirmava os direitos do indivíduo e se apoiava no humanismo igualitário, recomendando que o processo civilizatório deveria ser universal, isto é, extensivo a todos os seres humanos, independentemente de fronteiras nacionais, étnicas ou culturais (ainda que nem sempre o sentido de igualdade representasse igualdade de valor entre todos os humanos!)

Sabe-se que nos séculos XVI e XVII, "o atendimento institucional estava restrito apenas às pessoas cegas e surdas, que eram aquelas que apresentavam maiores possibilidades de participar do processo produtivo de industrialização que se intensificava" (FERNANDES, 2013, p. 43)

No ano de 1650, em Londres, Thomaz Willis, contou principiando o estudo da "anatomia do cérebro humano e afirmou que a idiotia e outras deficiências eram produto de alterações na estrutura do cérebro. Esse evento deu início a uma mudança

⁴ Carvalho (2004) evidencia, que as ideias iluministas trouxeram apreços ligados ao reflexão racional e aos embates relacionados com o direito de uma independência do indivíduo, contrariando poder absoluto do nobres e da igreja.

na visão sobre distúrbios apresentados pelos deficientes mentais." (CORRÊA, 2009, p. 19)

Os princípios da religião e da moralidade sofreram mudanças⁵, Corrêa (2009), nos conta que com o apoio de John Locke (1632-1704), através do trabalho intitulado *Essay* que datada de 1690; houve contribuições para estudo do conhecimento e da aprendizagem; inspirando Jean-Jacques Rousseau⁶ (1712-1778), Johan Heinrich Pestalozzi⁷ (1746-1820), Augusto Freferico Froebel⁸ (1782-1852), entre outros. Caberessaltar que:

John Locke contribuiu decisivamente para o processo de ensino das pessoas com deficiência, ao enfatizar que a experiência sensorial deve basear a prática pedagógica, que deve haver individualidade no processo de aprendizagem que a experiência é condição preliminar dos processos complexos de pensamento e que os objetos concretos são importantes para aquisição de noções.' (PESSOTTI, 1984 *apud* SILVA, 2010, p.18)

Considerado como um dos que iniciaram para a história da educação especial, o monge espanhol Pedro Ponce de León, "é reconhecido como o primeiro educador de surdos da história, pois dedicou grande parte da sua vida ao ensino de surdos, filhos de nobres. (MOURA, 2000 *apud* SILVA, 2010, p. 17)

Um avanço importante para a educação especial iniciou-se na segunda metade do século XVII, segundo Belther (2017, p.8) sugere:

Charles Michel de L'Épée (1712-1789) inaugurou em Paris, a primeira escola pública destinada a surdos. Destaca-se aqui, o reconhecimento de L'Épée acerca da existência de uma língua por meio da qual os surdos conseguiram estabelecer a comunicação, o que fez nascer um método no qual os sinais correspondentes a objetos e eventos concretos passaram a ser ensinados.

Segundo Mazzotta (2011, p.18) "o abade Eppée inventou o *método de sinais*, destinado a completar o alfabeto manual, bem como a designar muitos objetos que não podem ser percebidos pelos sentidos".

⁵ "Entre as ciências da natureza, a medicina ganha *status* científico, passando a "dissecar" todos os fenômenos que eram, até então, impostos como verdades inquestionáveis pela Igreja. fortalecem-se as teses que explicam a origem das deficiências em causas naturais".(FERNANDES, 2013, p.43). Não se associa a explicação com o espiritual (FERNANDES, 2013).

⁶ "Filósofo suíço que defendia que a vontade individual não deveria ser prisioneira da vontade coletiva e que a liberdade era um dever da natureza humana". (CORRÊA, 2009, p.20)

⁷ "Educador suíço e fundador de colégios para crianças carentes." (CORRÊA, 2009, p.20)

⁸ "Aluno de Pestalozzi e criador de um sistema de educação especial para a primeira infância, aplicável a crianças deficientes mentais." (CORRÊA, 2009, p.20)

"O Instituto Nacional dos Jovens Cegos, fundados em Paris, em 1784, por Valentin Haüy (1745-1822), servia, além de abrigo, como escola para os internos", segundo Belther (2017, p.8-9). Naquele tempo histórico, Belther (2017) descreve que o ato de ensinar que era voltado para as pessoas com cegueira; tinha como uso, ferramenta das letras em proeminência.

Louis Braille (1809-1852), oriundo do Instituto Nacional dos Jovens Cegos, foi quem posteriormente transformou o código que no início era conhecido como sonografia e mais tarde denominou-se Braille, segundo Belther (2017). É correto afirmar que o supracitado "jovem cego francês que tinha a preocupação de atender às necessidades dos cegos, adaptou o código militar de comunicação noturna criado por Charles Barbier de La Serre", (MAZOTTA 2005 *apud* SILVA, 2010, p. 18). Tal código Braille é um "sistema composto por pontos de relevo que representam as letras do alfabeto, as vogais, as pontuações, os numerais, as notas musicais e os símbolos matemáticos e químicos", de acordo com Belther (2017, p.9).

Fernandes (2013, p.46), que para explicar:

o modelo que passou a investir em uma abordagem educacional para explorar sua força de trabalho, subsidiando as primeiras tentativas de convívio entre pessoas com e sem deficiência, é necessário voltar nossa atenção ao início do século XX para conhecer detalhes daquela que é denominada a *experiência pioneira* na educação especial.

Podemos acrescentar como personalidade que ajudou para a construção histórica da educação especial, Jean Marc Gaspard Itard (1774-1838), médico da França, que teve como missão, no ano de 1800 (FERNANDES, 2013) a educação de um guri de hábitos selvagens em Aveyron, um jovem rapaz que havia tomado na floresta de Aveyron, no sul da França, estimando-se ser pelo ano de 1800; segundo Pessotti (1984 *apud* SILVA, 2010). Itard deu o nome de Victor, e relatou suas experiências na obra *Mémoire sur les premiers développments de Victor de l'Aveyron*. Mazzota (2005 *apud* SILVA, 2010, p.19), "destaca que Itard foi o primeiro a empregar métodos sistematizados para ensinar uma pessoa com deficiência mental", segundo, Smith (2008b, p.32 *apud* SILVA, 2010, p.19) mesmo que:

Itard não tenha avaliado positivamente seus grandes esforços com Victor, seu trabalho semeou uma nova era para crianças com deficiência: anunciou o princípio de um período positivo quando se pensou que a educação era uma resposta aos problemas associados à deficiência.

Segundo Fernandes (2013), aquele que se aderiu a esse e que é digno de enfoque é o do também médico francês Philippe Pinel (1745-1826), de quem Itard era adepto:

no campo na medicina psiquiátrica e cujos estudos sobre a mente humana permitiram um melhor conhecimento das doenças mentais. Pinel descreveu e distinguiu os diferentes tipos de perturbações mentais e humanizou o tratamento a esses pacientes, que antes era realizado de forma agressiva, com correntes, eletrochoques e outros artefatos para conter o surto psicótico. Vem daí a expressão pinel para denominar os hospitais psiquiátricos voltados ao tratamento de problemas da saúde mental. (FERNANDES, 2013, p.46-47)

Fernandes (2013, p. 47) aponta referente que "sob a influência dessa perspectiva, as instituições especializadas iniciam um processo de transição entre abordagens clínicas e pedagógicas, base para sua futura denominação de "escolas especiais na segunda metade do século XX⁹."

No que diz respeito ao crescimento dos estudos e avanços para a época, cabe mencionar que:

Em 1866, foi publicada a obra *Observations on Ethnic Classification of Idiots*, em Londres, de Langdon Down¹⁰. Essa obra tornou célebre o seu autor por descrever a "Síndrome de Down", que era chamada mongolismo. Esta referência era devida à grande semelhança existente entre as pessoas que tinham a síndrome e as da raça mongólica. (CORRÊA, 2009, p.23)

A contribuição de Down foi tão significativa que houve "a especificação de um novo tipo de deficiência mental começou a motivar a pesquisa biomédica para o estudo desse novo tipo de idiotia¹¹." (CORRÊA, 2009, p.24)

No século XIX, Corrêa (2009), relata que tal momento marcou o momento em que foi traçado arcos de caráter individual, coletivo e institucional; colaborando para a expansão no campo da Educação Especial; acrescentando que outros termos eram empregados para se destinarem as pessoas com deficiência. Entre as quais;

⁹ Nesse tempo, o predomínio dos conceitos médicos por cima de pensamentos pedagógicos; era evidente para uma suposta noção de tratamento daqueles que apresentavam a deficiência, nome esse dado para aquele que fugiam dos padrões de normalidade da época. Sendo assim, os estudos levavam em consideração a referência histórica daquele indivíduo em particular. (FERNANDES, 2013).

¹⁰ Langdon Down (1828-1896), "descreve todas as características que auxiliam na identificação da síndrome." (CORRÊA, 2009, p.23)

¹¹ "a idiotia, nessa época, era considerada uma doença orgânica e nervosa com causas específicas" (CORRÊA, 2009, p.24)

"Pedagogia dos anormais, Pedagogia Teratológica¹², Pedagogia curativa ou terapêutica, Pedagogia da assistência social e Pedagogia emendativa." (CORRÊA, 2009, p. 23) Para Mazzotta (2011), determinados termos, ainda hoje são empregados a desgosto de sua inapropriedade.

Maria Montessori (1870-1956), médica de origem italiana, colaborou com o enriquecimento da educação especial, cultivando um projeto de exercício para crianças com deficiência mental nos pensionatos de Roma, segundo Mazzotta (2005 apud SILVA, 2010). Como explicação de como se fundamentou, pode-se dizer que:

Em seu programa de treinamento, havia ênfase para a autoaprendizagem por meio do "uso de materiais didáticos que incluía, entre outros, blocos, encaixes, recortes, objetos coloridos e letras em relevo" (MAZZOTTA (2005 apud SILVA, 2010, p.20)

Smith (2008b apud SILVA, 2010, p.20) enfatiza que:

Montessori desenvolveu seu trabalho inicialmente com crianças com deficiência cognitiva e mostrou que elas poderiam aprender por meio de experiências concretas, quando expostas a ambientes ricos em materiais passíveis de manipulação.

Já, acerca do cenário desse percurso histórico, "os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes aconteceram na Europa, mais tarde expandiram-se para os Estados Unidos, Canadá e depois para outros países, inclusive o Brasil', conforme Corrêa (2009 p 23).

Os surgimentos institucionais¹³ ocorreram devido a "determinação econômica na produção da vida social', nos "séculos XVIII e XIX", a qual "são criados os primeiros espaços específicos para educação de pessoas com deficiência, na Europa e em países por ela colonizados. Centenas de instituições, com caráter assistencial e filantrópico, proliferaram, sobretudo na América, nas quais o foco seria o

¹² Pesquisa ou análise das monstruosidades.

¹³ "As instituições funcionavam como asilos, alimentando e abrigando os internos: como escolas, oferecendo instrução básica na leitura, escrita e cálculos: como oficinas de produção, pois as pessoas com deficiências constituíam mão de obra barata no processo inicial de industrialização. (FERNANDES, 2013, p. 44)

aproveitamento de seres "desviantes" para o treinamento industrial." (FERNANDES, 2013, p. 44)

No que concerne ao século XIX, "os ideais iluministas inspiraram os projetos positivistas e os socialistas que, embora tenham diferenças fundamentais quanto aos objetivos e quanto aos meios, têm a mesma origem." (CARVALHO, 2004, p.23). Para Carvalho (2004), projetos positivistas tinham como seus protetores, idealistas que acreditavam no pensar de uma educação que englobasse e dessem conta da sociedade, tendo as mesmas chances; respeitando suas especificidades de capacidade individual e relacionado ao lugar em que desempenha no campo social. Já os socialistas, é originário da concentração do povo, no vetor do autêntico democratismo da instrução e como divergente à opinião da burguesia, segundo Carvalho (2004).

Na América, a ascensão referente à Educação Especial, ocorreu nos Estados Unidos com a "primeira escola pública para surdos [...] estabelecida em 1817, em Connecticut. (CORRÊA, 2009, p. 25). Mazzotta (2011) contribui, dizendo que o nome da escola era *American School*, de West Hartford através do reverendo *Thomaz H. Gallaudet*. No Canadá, foi fundada em Montreal, em 1848, uma escola para meninos "surdos-mudos". (CORRÊA, 2009,p. 25). Seu nome era a *Institution Catholique des Sourds-Muets*, de acordo com Mazzotta (2011).

Mazzota (2011,p.24) pondera que:

em 1784, na França, por Valentin Haüy, foram instalados os primeiros internatos para cegos nos Estados Unidos. Em 1829, Em Massachusetts, foi instalado o *New England Asylum for the Blind*, que começou a funcionar com seis alunos em 1832. Neste mesmo ano, em Nova York foi fundada uma escola para cegos, o *New York Institute for the Education of the Blind*.

No lapso de tempo compreendido do ano de 1850 à 1920, Mazzotta (2011) afirma que ocorreu nos Estados Unidos uma ampliação gradativa referente às escolas de residências, na qual o formato vinha da Europa. A partir de 1890, as escolas de residências já não eram vistas como uma entidade adequada para educar o deficientementeal. Começaram a serem reconhecida como entidades para esteio de pessoas (isso inclui aquelas que já atravessaram a vida adulta)cuja expectativas de viver sem dependência de outros para subsistência, sendo assim sem condições de serem educados. Devido a isso, iniciou a elaboração de ações que visavam os alunos externos.

Aproximadamente no ano de 1940, o prenúncio divulgado:

no *Times* de Nova York pelo pai de uma criança com paralisia cerebral, levou a organização dos pais destas crianças no sentido de fundarem a *New York State Cerebral Palsy Association*. Nesta associação, os pais levantaram fundos tanto para centros de tratamento quanto para pesquisa, além de estimularem organizações governamentais para uma nova legislação que proporcionasse recursos para pesquisa, treinamento profissional e tratamento. (MAZZOTTA, 2011, p. 25-26)

Semelhantemente, de acordo com Mazzotta (2011) a como foi criado o *New York State Cerebral Palsy Association*, perto do ano de 1950, os responsáveis das crianças que apresentavam um atraso no desenvolvimento da mente principiaram uma estruturação organizacional. É importante frisarmos que os ordenamentos legais eram impeditivos que contribuíram para a exclusão do acesso a escola. Com a finalidade precípua de conceder "atendimento a essas crianças e jovens nas escolas públicas primárias, os pais de retardados mentais se organizaram na National Association for Retarded Children (NARC)¹⁴". (MAZZOTTA, 2011, p. 26)

Respectivo à história da educação especial no Brasil, descreve-se que "inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos da América do Norte, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos." (MAZZOTTA, 2011, p. 27).

"As ideias liberais divulgadas no Brasil no final do século XVIII e início do século XIX influenciaram o surgimento da educação das crianças com deficiência, que se deu, inicialmente, em instituições." (JANUZZI, 2004 *apud* SILVA, 2010, p.21). "O liberalismo defendia principalmente a liberdade de todos os indivíduos, nos campos econômico, político, religioso e intelectual (SANDRONI, 1999 *apud* SILVA, 2010, p.21) e influenciou o início da educação das pessoas com deficiência no Brasil porque o movimento estava vinculado com a democratização dos direitos para todos os cidadãos."

No ano de 1874, houve a gênese do Hospital Juliano Moreira, que proporcionou a "assistência médica às pessoas com deficiência intelectual. Em 1887, no Rio de

¹⁴ "A Narc exerceu grande influência em vários países, tendo sido a inspiradora da criação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Brasil." (MAZZOTTA, 2011, p. 26)

Janeiro, foi fundada a "Escola México", destinada ao atendimento de pessoas com deficiências físicas e intelectuais. (BELTHER, 2017, p.10)

No desenvolver que registra a ancestralidade relativa a educação especial no Brasil, temos uma história que traz, segundo Belther (2017), a existência de duas direções:

1. Médico-pedagógica¹⁵ – caracterizada pelas instituições nas quais o atendimento estava mais centralizado na figura do médico, seja no diagnóstico ou nas práticas escolares das pessoas com deficiências.
2. Psicopedagógica – caracterizada pelas instituições que, embora não dispensem a presença do médico, centra suas atividades em princípios psicológicos. (BELTHER, 2017, p.10)

Referente à primeira direção, a médico-pedagógica, Jannuzzi (2004 *apud*, SILVA, 2010, p.29) afirma que:

o Serviço de Higiene e Saúde, que estava intimamente relacionado com a medicina. Ela explica que as escolas foram atingidas por medidas de higiene que tinham como objetivo a limpeza das escolas e a inspeção geral da saúde. Começaram, então, a ser tomadas medidas disciplinadoras com base em preceitos de higiene, já que havia a crença de que a saúde e a educação seriam responsáveis pela regeneração do país. Nessa época também, a eugenia começou a ser pregada e, em 1917, a campanha a seu favor foi lançada por meio da imprensa pelo diretor Renato Kehl.

Respeitante a questão psicopedagógica, segunda direção, (SILVA, 2010) houveram grandes influentes relacionado a área da psicologia destacando os estudos de Alfred Binet, da pedagogia e psicologia francesa, e seu parceiro Théodore Simon, que marcou seus ensinamentos para inteligência, mediante testes. Silva (2010, p.31) diz que ocorreu "influência das reformas implementadas no sistema educacional devido aos ideais difundidos pelo movimento denominado *Escola Nova*¹⁶." Acerca desse movimento, Cunha (1998 *apud* SILVA, 2010, p.31) destaca: "crença no poder da educação, interesse pelas pesquisas científicas e preocupação em reduzir as desigualdades sociais, assim como estimular a liberdade individual das crianças." Jannuzzi (1992 *apud* SILVA, 2010) explica que exemplo da Escola Nova colaborou para o ingresso da psicologia na área da educação e, acrescenta que houve o

¹⁵ "Os médicos foram pioneiros no campo da produção teórica, seguidos por pedagogos, os quais, por sua vez, foram fortemente influenciados pela psicologia" (SILVA, 2010, p.28)

¹⁶ Carvalho (2004, p. 25) cita Paulo Freire como um dos pensadores que "observaram que a escola tanto poderia servir para a construção da cidadania como prática libertadora, como para as práticas de dominação"

espalhar da utilização dos testes de inteligência para encontra estudantes que tenham a deficiência mental.

Segundo Jannuzzi (2004 *apud* SILVA, 2010), possivelmente as Santas Casas de Misericórdia¹⁷ desempenharam função de grande relevância com respeito a prática educacional das pessoas com deficiência, tendo em vista que percorrendo os padrões europeus, cuidavam das pessoas de baixa condição econômica e os debilitados.

A implementação no Brasil da educação para esse público alvo, através de políticas que o destinam ao ensino; ainda incipientes, "vem a ocorrer somente no final dos anos de 1950 e início de 1960 do século XX", segundo MAZZOTTA (2011, p. 27). Belther (2017, p.9) pondera que "os primeiros marcos da história da educação especial no Brasil a criação, a partir da segunda metade do século XIX." A autora acrescenta a importância, destacando duas entidades: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos.

A história da educação especial no Brasil teve seu período institucional com os respectivos traços, de acordo com Aranha (2005, p. 14 *apud* SILVA, 2010, p. 32). "pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, frequentemente situadas em localidades distantes de suas famílias".

Fernandes (2013, p.45) incorpora a explicação referente, a institucionalização no Brasil, de que a sua criação teve como:

objetivos e práticas semelhantes ao contexto europeu, embora a defasagem no nível de desenvolvimento das forças produtivas em relação ao capitalismo europeu determine um apelo diferenciado no objetivo da educação dispensada às pessoas com deficiência, marcada ainda por forte apelo assistencial.

Na data de 12 de setembro de 1854, mediante o Decreto Imperial n. 1.428, "D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o *Imperial Instituto dos Meninos Cegos*."

¹⁷ "A criação do Asilo dos Expostos pode ter facilitado a entrada de crianças com alguma anomalia ou abandonadas por seus pais nas Santas Casas de Misericórdia, no início do século XIX." (SILVA, 2010, p. 22). Cabe esclarecer que "o Asilo dos Expostos era também chamado de Casa da Roda em alusão ao dispositivo nela existente, uma roda que, girando em torno de um eixo perpendicular, ocupava toda uma janela – sempre aberta do lado de fora, de modo que quem desejasse se desfazer de uma criança pudesse depositá-la na caixa e, movimentando a roda, passá-la para o interior do prédio". (MORAES, 2000, p.73 *apud* SILVA, 2010, P.22)

(MAZZOTTA, 2011, p. 28). Isso marcou o começo no Brasil, do "atendimento escolar especial aos portadores de deficiência" (MAZZOTTA, 2011, p.28). É importante dizermos que "a fundação do Imperial Instituto deveu-se, em grande parte, a um cego brasileiro, José Álvares de Azevedo, que estudara no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, fundado por Valentin Haiüy no século XVIII." (MAZZOTTA, 2011, p.28). Cabe dizer que:

por ter obtido muito sucesso na educação de Adélia Sigaud, filha do dr. José F. Xavier Sigaud, médico da família imperial, José Álvares de Azevedo despertou a atenção e o interesse do ministro do Império, conselheiro Couto Ferraz. Sob a influência de Couto Ferraz, D. Pedro II criou o tal instituto, que foi inaugurado no dia 17 de setembro de 1854, cinco dias após sua criação. (MAZZOTTA, 2011, p.28)

Acerca do dia 17 de maio de 1890, Mazzotta (2011, p.29) endossa, que:

no governo republicano, o chefe do governo provisório, marechal Deodoro da Fonseca, e o ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, assinaram o Decreto n. 408, mudando o nome do instituto para *Instituto Nacional dos Cegos* e aprovado seu regulamento.

Mais à frente, sobre a data de 24 de janeiro de 1891 mediante o:

Decreto n. 1.320, a escola passou a denominar-se *Instituto Benjamin Constant (IBC)*, em homenagem a seu ilustre e atuante ex-professor de Matemática e ex-diretor, Benjamin Constant Botelho de Magalhães. (MAZZOTTA, 2011, p.29)

Aproximadamente, no ano de 1857, o Brasil atravessava um tempo de desenvolvimento da economia, de firmamento do governo do Império e de um florescimento de pensamentos, oriundos da França e de outras personalidades na qual seus feitos sobressaíam em nível internacional (JANUZZI, 2004 *apud* SILVA, 2010). Ainda nessa era:

alguns brasileiros, inspirados em experiências realizadas por médicos, filósofos e educadores da Europa e dos Estados Unidos, começaram a organizar serviços voltados para o atendimento das pessoas com deficiências sensoriais, mentais e físicas (MAZZOTTA, 2005 *apud* SILVA, 2010, p. 23)

No Rio de Janeiro, através de D. Pedro II, mediante a Lei n. 839, de 26 de setembro de 1857 é ocorrida a inauguração do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, afirma Mazzotta (2011). Concernente a isso, Mazzotta (2011, p. 29) ressalta que:

A criação desta escola ocorreu graças aos esforços de Ernest Hüet e seu irmão. Cidadão francês, professor e diretor do Instituto de Bourges, Ernest Hüet chegou ao Rio de Janeiro no final do ano de 1855. Com suas credenciais foi apresentado ao marquês de Abrantes, que o levou ao Imperador D. Pedro

II. Acolhendo com simpatia os planos que Hüet tinha para a fundação de uma escola de "surdos-mudos" no Brasil, o Imperador ordenou que lhe fosse facilitada a importante tarefa. Começando a lecionar para dois alunos no então Colégio Vassimon, Hüet conseguiu, em outubro de 1856, ocupar todo o prédio da escola, dando origem ao Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Em 1957, ou seja, cem anos após sua fundação, pela Lei n. 3.198, de 6 de julho, passaria a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

É considerável destacar que a partir de quando iniciou referida instituição educacional designada como uma escola destinada para "a educação literária e o ensino profissionalizante "de meninos "surdos-mudos", com idade entre 7 e 14 anos.(MAZZOTTA, 2011, p. 29)

Referente as duas instituições (IBC e Ines), Mazzotta (2011, p. 30) afirma que:

algum tempo depois da inauguração, foram instaladas oficinas para a aprendizagem de ofícios. Oficinas de tipografia e encadernação para os mininos cegos e de tricô para as meninas; oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração para os meninos surdos.

Acrescenta-se que mediante a existência e importância para o cenário da época, houve a "possibilidade de discussão da educação dos portadores de deficiência, no 1º Congresso de Instrução Pública, em 1883, convocado pelo Imperador em dezembro de 1882." (MAZZOTTA, 2011, p.30)

Existem outras comprovações, no "Segundo Reinado", relacionadas a movimentos destinados para "o atendimento pedagógico ou médico-pedagógico aos deficientes" (MAZZOTTA, 2011, p.30). Como exemplo:

Em 1874, o Hospital Estadual de Salvador, na Bahia, hoje denominado *Hospital Juliano Moreira*, iniciou a assistência aos deficientes mentais. Sobre o tipo de assistência prestada, há, no entanto, informações insuficientes para sua caracterização como educacional. Poderia tratar-se de assistência médica a crianças deficientes mentais e não propriamente atendimento educacional; ou, ainda, atendimento médico-pedagógico. (MAZZOTTA, 2011,p.30-31)

Acerca das lutas e embates políticos que caucionem os direitos, deve-se esclarecer que "foram as pessoas com deficiências quem mais polêmicas geraram no seio social

em relação à reivindicação do direito de estudar junto com as demais crianças, em escolas comuns." (FERNANDES, 2013, p. 17).

Carvalho (1989) explica que as revoltas regenciais (Revolta dos Malés, na Bahia, em 1835; exemplificando) e guerras travadas de cunho externo, como a Guerra contra Rosas, da Argentina; culminaram em combatentes mortos (sendo assim, os que tinham filhos, os mesmos ficaram órfãos) e outros bravos guerreiros se tornaram incapazes de prosseguir no serviço militar. Surge então, seguido desde a Guerra do Paraguai¹⁸ (1865 a 1870), estopim que acelerou o declínio do período monárquico, segundo o autor; a necessidade de amparo, assistência, cuidado por parte do Estado; arguido da missão nobre deste feito esteve o ¹⁹Duque de Caxias, que no ano de 1853apresentou a proposta de um "Colégio Militar que amparasse os órfãos e os filhos dos soldados que morreram ou viessem a morrer, ou se inutilizassem na defesa da Independência, da Honra Nacional e das Instituições" (CARVALHO, 1989, p.123). "Na primeira apresentação ao Legislativo o projeto foi rejeitado" (CARVALHO, 2015, p.15)E na segunda, no ano de 1862 para a Câmara dos Deputados, também. Só caminhando a ideia do projeto em 1865, segundo Carvalho (2015). Importante aliado de Duque de Caxias, o Conselheiro Thomaz Coelho que era Ministro da Agricultura do Gabinete de Duque de Caxias, se comoveu com a proposta elencada do seu amigo; buscando angariar fundos para a criação do Colégio e estabelecer vínculos com vários segmentos da sociedade, na época (CARVALHO, 1989).

No ano de 1889, Belther (2017) com o advento da Proclamação da República no Brasil, vários especialistas ressurgem na Europa com o designo de auxiliar no desenvolvimento para atualizações e estudos. A autora acrescenta que a partir de 1891, a Constituição Federativa do corrente ano citado, "determina que o ensino primário ao profissionalizante deve ficar a cargo dos estados e municípios, enquanto o ensino secundário e superior passam a ser responsabilidade da união."(BELTHER, 2017. p. 10). Começa, então "a criação das primeiras normativas, instituições e açõesdestinadas às crianças e adolescentes, entre estas, as ações referidas como de

¹⁸ Cunha (2009, p. 104) atribui para essa guerra que gerou mudanças significativas em abrangência para o nosso país; "uma experiência coletiva fundamental, a mais importante desde a Independência, para a criação de uma identidade nacional, pois ao mobilizar uma grande parte da população, exigiu enormes sacrifícios materiais e humanos, e afetou o cotidiano de milhares de famílias". A criação da Associação do Asilo dos Inválidos da Pátria, para cuidar e manutem aqueles que foram acometidos de problemas físicos, por ocasião das batalhas é um exemplo do pensar assistencial do Império. (CUNHA,2009)

¹⁹ Era Senador do Império (CARVALHO, 1989)

assistência e proteção direcionadas pelo Estado brasileiro" (RIZZINI, 2008 *apud* SELESTINO, 2017, p.30)

Como um dos feitos, advindos de uma ideal de modernização e necessidade para a época, decorridos da difusão da República; podemos enaltecer a criação²⁰ do Imperial²¹ Colégio Militar (SELESTINO, 2017), sendo "um instituto de instrução e educação militar, destinado a receber, gratuitamente, os filhos dos officiaes effectivos, reformados e honorários do Exercito e da Armada; e, mediante contribuição pecuniária, alumnos procedentes de outras classes sociaes" (BRASIL, Decreto 10.202/1889). Carvalho (2015) cita que o Colégio Militar do Rio de Janeiro ocupa um local histórico, chamado Palacete da Babilônia.

Fernandes (2013, p.66) expõe, sobre importantes reflexões no campo educacional para o século XX, que:

A concepção de educação especial como uma modalidade de educação escolar, intimamente ligada à estrutura e ao funcionamento da educação básica e superior, é uma construção histórica do século XX. Nesse período é que a escola regular passa a compartilhar algumas das preocupações comuns ao contexto do atendimento especializado, como é o caso dos atrasos na aprendizagem, a proposição de metodologias específicas, ou adaptações didáticas para atendimento a diferenças individuais.

No início do século XX, "alguns importantes indicadores do interesse da sociedade para a educação dos portadores de deficiência" "são os trabalhos científicos e técnicos publicados," endossa Mazzotta (2011, p. 31). Mendes (2010, p. 95 *apud* BELTHER, 2017, p. 10-11), exemplifica com fatos históricos:

Os médicos foram os primeiros a estudar os casos de crianças com prejuízos mais graves e criaram instituições para crianças junto a sanatórios psiquiátricos. Em 1900, durante o "4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia", no Rio de Janeiro, Carlos Eiras apresentou sua monografia intitulada: "A Educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas", que versava sobre a necessidade pedagógica dos deficientes intelectuais. [...] Este interesse dos médicos pelas pessoas com deficiências teria maior repercussão após a criação dos serviços de higiene mental e saúde pública, que em alguns estados deu origem ao serviço de Inspeção médico-escolar e à preocupação com a identificação e educação dos estados anormais de inteligência.

²⁰ O Marquês Duque de Caxias, se inspirou no "exemplo do que tinha sido criado por Napoleão Bonaparte na França, o Pritaneé Militaire" (CARVALHO, 1989, p.123)

²¹ Mello (1989) cita que depois da data de 15 de novembro de 1889, o Colégio Militar, transcorrendo amudança política; perde o título de Imperial, por centrar no período do Brasil-República.

Helena Antipoff (1892-1974) é citada por Belther (2017), como uma das personalidades médicas, no campo da psicologia, oriunda da Rússia, que colaborou determinantemente para a educação especial no Brasil. Dentre seus feitos, podemos mencionar a criação do Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais e participação da Apae, no ano de 1954.

Na década de 1930, de acordo com Mazzotta (2005 *apud* SILVA, 2010) principiou-se a ocorrer a estruturação do corpo social entidades de indivíduos comprometidos com a causa da deficiência. Simultaneamente, sucedeu-se a examinação de atos do governo aspirando a constituição de entidades de institutos que visassem o apoio às carências referentes às pessoas com deficiência. Sendo assim, ocorreram unidades escolares agregadas aos hospitais e a educação regular. "Além disso, instituições filantrópicas continuam sendo fundadas e, principalmente a partir de 1950²², surgem institutos pedagógicos e centros de reabilitação, geralmente particulares." (MAZZOTTA, 2005 *apud* SILVA, 2010, p. 32)

Fernandes (2013, p.53) relembra que as filosofias da Revolução Francesa (1789), na qual procuraram a reconhecer acerca "dos valores supremos da igualdade, da liberdade e da fraternidade entre os homens" propiciaram para que no ano 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos "fosse promulgada Organização das Nações Unidas – ONU, na qual " houvesse a propagação do documento; passando a inspirar," a partir daí, as políticas públicas²³ e os instrumentos jurídicos da grande maioria dos países". Nesse documento, é assegurada a liberdade, preconizando a noção de igualdade em direitos e a liberdade para usufrirmos da atitude de opinar e se expressar; não se restringindo apenas o campo escolar, mas em todas as áreas da sociedade. Em endossado que o procedimento entre os indivíduos precisa ser de natureza fraterna, segundo ONU (1948). Silveira, A. R. M.; Silva, J. A. C. (2014, p. 61) analisa que a partir dessa Declaração, foi estabelecida que "a educação é uma valiosa ferramenta para o crescimento pessoal, conferindo-lhe o status de um direito de múltiplas faces". Desde então:

²² Fernandes (2013, p.52), atribui como um dos agentes para "mudança na relação da sociedade com a deficiência [...]os movimentos sociais desencadeados ao final da década de 1940 e início de 1950, após o término da Segunda Guerra Mundial, período em que houve uma insatisfação geral da população, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, por conta dos inúmeros atos desumanos cometidos pelas grandes potências ocidentais"

²³ "política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos" (PERTERS, 1986 *apud* SOUZA, 2006, p.5)

outros textos voltados à defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos são elaborados e tornam-se norteadores das decisões tomadas pelos países- membros da Organização das Nações Unidas (ONU), criando-se uma espécie de ética consensual mundial para assegurar que nenhum ato de natureza discriminatória ocorra contra as minorias sociais. (FERNANDES, 2013, p. 53)

No nível de evidenciar como a importância da Declaração dos Direitos Humanos foi marcante, Rodrigues (2019, p. 206), aponta que:

em relação ao Brasil, o legado da Declaração Universal é imensurável. Ainda que o seu conteúdo só tenha alcançado plena proteção jurídica²⁴ com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível observá-la refletida no rol de direitos e garantias fundamentais, assegurado no Título II da Carta Constitucional.

A data do dia 11 do mês de dezembro ano de 1954, ocorreu, na cidade do Rio de Janeiro, a pioneira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). O casal de origem norte-americana George Bemis e Beatrice, membrados do *National Association for Retard Children* (NARC), foram auxiliares para colaborar no incentivo e apoio, para tal associação; que teve o Almirante Henry Broadbent Hoyer, como o primeiro a presidir. (MAZZOTTA, 2011)

O período de 1957 a 1993 trouxe uma característica, segundo Mazzotta (2011, p. 52); a de que "o atendimento educacional aos excepcionais foi explicitamente assumido, a nível nacional, pelo governo federal, com a criação de *Campanhas* especificamente voltadas para este fim." O autor cita como primeiro ato, o surgimento da Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB, através de um decreto de ordem federal, no ano de 1957.

Respeitante a década de 1960, Januzzi (2004 *apud* SILVA, 2010, p. 33), aduz que:

é importante ficar claro que a valorização da educação ocorria em função do desenvolvimento econômico do país, o qual pregava e ainda prega a máxima produtividade individual. A escola passou, portanto, a ser vista e enfatizada como um elemento importante para a produção da mão de obra e dos recursos humanos ajustados às necessidades das formas de produção,

²⁴ "O Brasil, enquanto país membro da ONU, tem respeitado as orientações internacionais, adotando-as na elaboração de suas políticas públicas internas." (SILVEIRA, A. R. M.; SILVA, J. A. C., 2014, p. 62)

justamente para ocupar os quadros superiores da administração, técnicos, planejadores que exerciam o papel da racionalidade da produção.

No decênio de 1960, Belther (2013) assegura que mediante o momento em que essas concepções iniciaram a adequação de um formato, as referidas são influenciadas através de várias associações que ratificavam "os direitos humanos, em especial para grupos minoritários, isto é, marginalizados e excluídos socialmente" (BELTHER, 2017, p.14)

Sobre os anos de 1960 e 1970, Fernandes (2013, p.53) menciona que:

ambienta-se o movimento institucional do multiculturalismo, sob o suporte teórico de estudos desenvolvidos pela antropologia culturalista, a qual realiza uma crítica à noção naturalista de raça que justificava a supremacia das civilizações europeias. O multiculturalismo surge como um movimento de ideias resultantes de um tipo de consciência coletiva, o qual se opõe a quaisquer formas de centrismos culturais. Seu ponto de partida é a pluralidade de experiências culturais que moldam as relações sociais. Pode-se dizer que a diversidade cultural está no centro de suas preocupações.

Em decorrência disso, "o determinismo biológico sob o qual eram pautados os programas pedagógicos destinados ao atendimento especializado perde espaço." (BELTHER, 2017, p.14). Mendes (2009, apud SILVA, 2010) atribui aos anos de 1969 à 1973, um maior desenvolvimento econômico em nosso país. Mantoan (2003, p.15) complementa que "os movimentos em favor da integração de crianças com deficiências surgiram nos Países Nórdicos, em 1969, quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação."

Referente a esse cenário, "a luta pela inclusão das pessoas com deficiência é fortalecida no mundo todo, deixando para trás a história de séculos de descaso e discriminação em relação às suas necessidades diferenciadas." (FERNANDES, 2013, p. 54).

A mudança decorrida nesse tempo foi espelhada nas leis, segundo Belther (2013). Tanto que:

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa ser fundamentada pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 74,024/61, que aponta o direito dos "excepcionais" à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. (GONÇALVES et al 2017, p.35)

A Lei nº. 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir 'tratamento especial' para os alunos com "deficiências físicas, mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados", não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais. (GONÇALVES et al 2017, p.35-36)

Assegura Belther (2017, p.15), que:

Em 1973, durante o governo Médici, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), ligado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de oferecer oportunidades de educação às pessoas com deficiência a partir de estratégias para a implementação da educação especial.

A agregação da prédica acerca integração através do povo culminou numa ordem:

da educação especial como uma área voltada à prestação de serviços nos campos de reabilitação e da educação terapêutica, fomentando a formação de equipes especializadas, integradas por professores e profissionais da saúde para apoio aos alunos para o contexto regular (FERNANDES, 2013, p.69)

Dessa maneira, expectava-se que "esse modelo possibilitasse certa mobilidade dos alunos na escolarização, deixando os serviços exclusivos a alunos com deficiências (escolas especiais e centros de reabilitação) apenas para aqueles que apresentassem deficiências severas". (BELTHER, 2017, p.15). Mesmo nesse tempo, políticas internacionais foram sancionadas. Dentre elas, podemos destacar que

em dezembro de 1975 aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (Resolução ONU nº 2.542/1975) que apela para o desenvolvimento de ações nacionais e internacionais que visem assegurar os direitos das pessoas com deficiência, [...] principalmente: à dignidade humana; aos direitos civis e políticos; tratamento médico, e demais tratamentos de saúde; educação, treinamento vocacional; segurança econômica e social; lazer. (SILVA, 2010, p. 60)

No ano de 1988, é estabelecida a Constituição Federativa do Brasil, cuja promulgaçãoteve como finalidade primordial:

instituir um Estado democrática, destinado a assegurar o exercício dosdireitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (SILVA, 2010, p. 67)

Em seu capítulo III Da educação, da cultura e do desporto, Seção I Da Educação; pertencente à Constituição de 1988, o Art. 208 preconiza que a incumbência do Estado para a área da educação, ocorrerá com a asseguaração , dentre outros aspectos, a do

III atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1988)

SILVA (2010) menciona que ademais do aspecto educação, a Constituição Federal ainda consta menções precisas a outros direitos daqueles que possuem a deficiência; destacando a proteção social e à saúde, de acordo com os mencionados abaixo:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

A contar de 1990, Belther (2017) descreve que resulta a recusa da integração em oposição ao interesse da distinta concepção, a inclusão; que vem num "caráter organizacional como modalidade de ensino totalmente integrada no contexto da educação." (BELTHER, 2017, p. 16). Seguindo da Constituição de 1988, houve uma inquietude para pensar no "atendimento educacional a pessoas com deficiência, identificado como Educação Especial" (MEDEIROS, 2017, p. 21). Lopes

(2018, p. 74) complementa que "o processo de inclusão em educação das pessoas com deficiência visa à melhoria do processo educacional para todos os estudantes não somente dos estudantes com deficiência." Relacionado ao assunto em comento, Rodrigues (2008, p. 21 *apud* BELTHER, 2017, p. 15 -16) conceitua:

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Transcorreu na cidade de Jomtien, pertencente ao país da Tailândia, na data de 5 a 9 de março do ano de 1990²⁵, a Conferência de Jomtien que resultou na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO²⁶, 1990). Essa Declaração teve como resultado, a Conferência Mundial de Educação para Todos. Documento na qual é reiterado a ideia já preconizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU²⁷, 1948), em que todos, devem ter acesso à educação; porém foi mencionado que mesmo com os esforços dos países, no decorrer dos anos o acesso das mulheres era desigual ao ensino, ou seja; não equitativo, além do acesso ter influências econômicas e políticas. E isso não estava restrito às crianças, mas aos adultos e destinados ao mundo inteiro; proporcionando²⁸ crescimento econômico, social e cultural.

Conforme a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990):

[...]

Art 3º As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. [...]

Decorrido disso, na conjuntura de âmbito internacional, foi consumada pela:

²⁵ "Em 1989, um século depois da criação do primeiro Colégio Militar, as meninas foram admitidas como alunas para cumprir as mesmas atividades curriculares dos meninos" (PP/SCMB, 2019, p.03)²⁶ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

²⁷ Organização das Nações Unidas

²⁸ Em relação a isso, Laplane (2013, p.5) afirma que "não é uma questão que se refere apenas no âmbito da educação, mas está relacionada às políticas sociais, à distribuição de renda, ao acesso diferenciado aos bens materiais e à cultura, entre outros."

Cúpula da ONU sobre direitos humanos, no ano de 1993 em Viena, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. Nela, foi promulgada a Declaração e Programa de Ação de Viena que reafirma a universalização dos direitos humanos, ou seja, educação, independência, trabalho, acesso a todo e qualquer lugar mediante a eliminação de barreiras. (ARANHA, 2004 *apud* SILVA, 2010, p. 62)

Nos últimos tempos, várias foram as investidas de embate acerca de obstáculos que aparecem em nosso cenário. Podemos destacar, aquele referente "às políticas de inclusão escolar dos alunos com deficiência no ensino regular. (BELTHER, 2017, p.22)

Canadá, Estados Unidos e Itália são descritos como "alguns dos países que podem ser considerados pioneiros na criação de escolas conhecidas como inclusivistas," (BELTHER, 2017, p. 22)

Segundo Zeppone (2011, p. 364 *apud* BELTHER, 2017, p. 22):

As experiências desses países interferiram para a criação de um corpo de preceitos acerca da inclusão escolar, colaborando para ações políticas cada vez mais emergentes nessa direção, dando destaque à Conferência Mundial de Educação para Todos e a amplamente divulgada Declaração de Salamanca (1994).

Gonçalves (et al 2017) considera que no último decênio do século XX, os "documentos [...] Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva." (GONÇALVES et al 2017, p.36). Fernandes (2013)

afirma que esses marcos internacionais colaboraram e propiciaram "a adoção do paradigma inclusivo pelo sistema de ensino, pela importância que tiveram na incorporação de diretrizes no campo da legislação educacional, na década de 1990 e 2000" (FERNANDES, 2013, p. 81).

Realizou-se na cidade de Salamanca, Espanha, na data de 7 e 10 de junho de 1994, Conferência Mundial de Educação Especial; na qual teve 88 governos e 25 organizações internacionais. Menezes; Santos (2001 *apud* SILVA, p.36) afirmou que "a conferência teve como objetivo principal discutir as necessidades e as possíveis providências a serem tomadas com o intuito de oferecer educação especial inclusiva no vários países participantes".

A Declaração de Salamanca (1994) declara:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta avasta diversidade de tais características e necessidades,
- Aqueles com necessidades educacionais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação afetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em últimainstância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Concernente a essa diretrizes, o documento endossa que os estudantes que apresentarem necessidades educacionais especiais, precisam estar matriculados em escolas regulares. A referida é indispensável que esteja apta para providenciar no quefor necessário de adaptações curriculares, para a capacitação dos docentes comprometidos no transcurso do processo, nos métodos que envolvem o ensino, nos recursos para a didática e nas áreas arquitetônicas. (SILVA, 2017). Dente as suas Orientações para ações em níveis regionais e internacionais, o a Declaração de Salamanca (1994) afirma que integração era algo que foi feito nos últimos tempos, mas que assegura que a inclusão é o melhor a ser praticado; pois respeita os direitos humanos e propiciam a mesmo nível de oportunidades. Sendo assim, a escola prepara uma vida em sociedade com menos desigualdades sociais.

A declaração expõe três relevantes, alicerces, como afirma Belther (2017, p.24);

1. Reforça o direito de todas as pessoas á educação.
2. Reafirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos, [...]
3. Traz novo vigor ao conteúdo de Declaração sobre Educação para Todos, motivando a garantia de direitos a todos, independentemente das diferenças individuais.

A leis que atualmente existem e os registros governamentais citam de maneira clara a Declaração de Salamanca, segundo Laplane (2013). O autor afirma que:

quando a igualdade de direitos aparece juntamente com o respeito às diferenças, prevalece a visão universalista, marca da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Os alunos têm direitos iguais, independente das características, interesses e necessidades individuais, que são diferentes. A Declaração de Salamanca explicita que a escola deve oferecer

os serviços adequados para atender à diversidade da população. Isto constitui um avanço que incorpora as críticas à rigidez histórica dos sistemas de ensino e às exigências tradicionais de que os indivíduos se adaptem a eles. (LAPLANE, 2013, p. 13-14)

Na data de 20 de dezembro de 1996, foi aprovada no Brasil a mais atual lei educacional; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9394/96. Segundo Figueira (2011), foram oito anos de debates no Congresso Nacional para que a mesma fosse implementada. Nela, existe um capítulo destinado a Educação Especial. Para a época de sua implementação, a oferta da educação especial não se destinava a todos os segmentos da educação básica, mas à educação infantil²⁹.

Concernente ao atendimento educacional especializado, o artigo 58, da LDB 9394/96, § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular".

É importante citarmos que a o currículo, a formação também é mencionada para atender esse público:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou Superdotação

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento de 2008 que resultou da ação de um Grupo de Trabalho

²⁹ Isso mudou com a Redação da Lei nº 13.632, do ano de 2018 que destinou a extensão para prosseguimento da vida.

integrado por treze pessoas notáveis da área da Educação Especial; dentre as quaisse destaca a professora Maria Teresa Eglér Mantoam, docente da Universidade de Campinas – UNICAMP. Nele consta uma apresentação histórica da educação especial no Brasil e orientações políticas.

Esse importante documento teve em seu:

objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008)

Dentre as garantias apregoadas, podemos exemplificar:

o atendimento educacional especializado, a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; e acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação (BRASIL, 2008)

Todo esse movimento de inclusão³⁰ tem atingido a sociedade, como um todo e suas leis impactaram a educação básica dos Colégios Militares³¹; como afirma em entrevista à revista Da Cultura (2016), o general Campos, Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército – DECEX, em considerar que desde "maio de 2010, o Estado-Maior do Exército – EME, Órgão de Direção Geral da Força Terrestre, deu partida ao Processo de Transformação do Exército "(CAMPOS, 2016, p.05). Dentre as áreas a serem ocorridas mudanças, destacam Campos (2016, p.05) " doutrina, preparo e emprego, educação e cultura gestão de recursos humanos". Para garantir tal feito, "o DECEX recebeu do EME a missão de gerenciar o Projeto Estratégico Estruturante "Nova Educação e Cultura do Exército" (PENEC), que reúne [...] subprojetos (CAMPOS, 2016, p.05). Mello (2019, p.100) considera que:

³⁰ Acerca disso, FREITAS, A. V. et al (2016, p. 43) menciona que a inclusão precisar ter a "ruptura com o modelo tradicional de ensino, necessitando de uma transformação que coloque em destaque o aluno como sujeito do processo e o professor como principal interlocutor e mediador do conhecimento."

³¹ Ribeiro (2016, p. 48) explica

os Colégios Militares (CM) são Organizações Militares (OM) que funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica. Sua finalidade é atender ao ensino preparatório e assistencial. Compõe o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), que é um dos subsistemas do Sistema de Ensino do Exército, conforme previsto na Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, chamada Lei de Ensino do Exército.

Um marco importante é registrado em dezembro de 2014, quando pela primeira vez o termo “educação inclusiva”, aparece na Portaria nº 1.507 que aprova o Plano Estratégico do Exército 2016-2019. O presente documento, configura-se como um trilho a ser seguido, nele são alinhadas metas, objetivos e ações estratégicas no âmbito do EB, a fim de propor linhas de ação em prol do desenvolvimento e efetivação dos projetos das instituições membro do EB. Encontramos no objetivo estratégico específico (OEE) número 13, em que trata de aspectos relativos a “Fortalecer a Dimensão Humana”, a estratégia 13.1, denominada “Desenvolvimento de ações de apoio à família militar”, tal estratégia geral, prevê como “ação estratégica” revitalizar o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), a qual traz como uma das atividades impostas prosseguir no projeto de educação inclusiva.

Concernente a eles, Campos (2016, p. 6) afirma que:

- A Revitalização do Sistema Colégio Militar do Brasil visa à adequação da infraestrutura existente nos Colégios Militares (CM), à modernização do ensino e à educação inclusiva.
- A Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil, inicialmente implantada no Colégio Militar de Belo Horizonte e no Colégio Militar de Brasília, tem por objetivo operacionalizar o ingresso, a partir de 2016, de alunos com deficiências nos CM compatíveis com o Projeto Pedagógico do SCMB e capacitar, em Educação Inclusiva, o corpo docente e os agentes de ensino, da administração e da saúde.

A primeira providência através do Exército Brasileiro, referente à educação inclusiva³² teve na gênese³³, a elaboração de um Grupo de Trabalho – GT (LIMA, et al, 2018). Sua finalidade foi analisar de maneira reflexiva e levantar ações que propiciem a admissão de estudantes que apresentem deficiências no Sistema Colégio Militar do Brasil³⁴, através da Portaria nº 112-EME, de 26 de junho de 2013 (EME, 2013). De acordo com D'osso (2019, p.07), esse GT foi "o marco para a Educação Inclusiva nos Colégios Militares". A atribuição composta do GT, não teve o nome dos integrantes e sim, a formação e função que precisava para a atribuição técnica; fora formada por uma equipe multidisciplinar na qual entre seus membros existiram componentes do campo jurídico e educacional, teve sua premissa de que "não

³³ Acerca da necessidade de mudança para a inserção da educação na perspectiva inclusiva, dentro dos Colégios Militares, Silveira e Silva (2014) prescrevem que era imperioso "rever a legislação referente ao ensino no âmbito do Exército Brasileiro e, principalmente, estabelecer normas e critérios de valorização diferenciados" (p.67).

³⁴ A Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, dispõe sobre a Lei de Ensino do Exército. Dentre seus valores, destacam-se a) I - integração à educação nacional; II - seleção pelo mérito; III - profissionalização continuada e progressiva; IV - avaliação integral, contínua e cumulativa;" (BRASIL, 1999, p.1)

ensejará qualquer remuneração para os seus integrantes, e os trabalhos nele desenvolvidos serão considerados prestação de relevante serviço público." (EME, 2013, p.22). Através da Portaria nº 1833-EME, do dia 6 de setembro de 2013, saiu em Boletim do Exército, uma Diretriz Reguladora³⁵³⁶ das ações que o GT precisaria desenvolver, tendo como finalidade: "Regular as atividades a serem desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho (GT) destinado a estudar e propor medidas referentes ao ingresso de alunos com deficiência no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB)" (EME, 2013a, p.29). Os relatórios³⁷ advindos e construídos por eles, resultaram na explicação de "que Educação Inclusiva no SCMB era viável e factível, seguindo o planejamento que faseava a sua execução" (D'OSSO, 2019, p.07)

Após essa decisão, surge a Portaria nº 246 – EME, com a data de 16 de outubro de 2014, na qual aprova a Diretriz de Implantação do Projeto Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) - 2014 e dá outras providências, segundo Lima, et al,(2018).

No ano seguinte, 2015, vem a Portaria nº 061 do Comandante do Exército – CmtEx, que insere "o Parágrafo único no art. 44 do Regulamento dos Colégios Militares (R-69) com a seguinte redação" (LIMA, et al.,2018, p. 2).:

Parágrafo único. O SCMB admitirá, a partir de 2016, o ingresso de candidatos com necessidades educacionais especiais, oriundos de processo seletivo próprio, conforme definido nas Normas para o Ingresso de Candidatos com Necessidades Educacionais Especiais nos Colégios Militares Integrantes do Projeto Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil, a serem propostas pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército e respeitando as demais condicionantes previstas neste Regulamento. (BRASIL, 2008, p.14)

Nesse mesmo ano, pela Portaria nº 098 – Cmt Ex, do dia 13 de fevereiro de 2015 houve a autorização para a implementação das Normas para o Ingresso de Candidatos com Necessidades Educacionais Especiais nos Colégios Militares, (CM), integrantes do Projeto Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil

³⁵ Dentre os documentos referenciados nessa diretriz, podemos destacar a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 OUT 1988; Lei nº 9.394, de 20 DEZ 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Declaração Universal dos Direitos Humanos;

³⁶ Há a existência de um Boletim Interno (BI), documento este restrito à instituição militar; mencionado nessa Diretriz, o BI nº 054, do DECEX, de 21 JUL 11, que determina à DEPA a realização de estudos para a inclusão de pessoas com deficiências no CMRJ. Ele nos leva a entender que o Departamento de Educação e Cultura do Exército já tinha a preocupação de estudar propostas de como inserir as ações que viabilizassem a inclusão na educação básica, dos Colégios Militares.

³⁷ O prazo limite estabelecido era de até o dia 2 de dezembro de 2013. (EME, 2013)

(SCMB), segundo Lima et al., 2018). O autor afirma que a funcionalidade do documento é a de:

[...] estabelecer as condições para admitir, em caráter de transição, a matrícula de candidatos com necessidades educacionais especiais nos Colégios Militares (CM) que se enquadrarem, a partir de 2016, no Projeto Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), em conformidade com as fases de implantação do Plano Estratégico do Exército (BRASIL, 2015a *apud* LIMA et al., 2018, p. 2)

Assim sendo, Lima et al, (2018) menciona que a implantação da perspectiva educacional inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil sucedeu de maneira gradativa e com adaptações. Diante desse laborioso trabalho e custos das medidas pensadas pelos componentes do Grupo de Trabalho (fruto do relato que eles produziram), além do que, o SCMB ser numeroso, expandido por todo o Brasil; escolheu-se o distribuir em etapas para o prosseguimento "do Projeto de Educação Inclusiva no SCMB, de modo que a cada ano dois colégios serão incluídos, conforme cronograma inicialmente apresentado pelo GT verificado no quadro abaixo." (LIMA, et al, 2018, p. 2)

Quadro 1: Calendário admissivo de discentes do Sistema Colégio Militar do Brasil, que apresentem deficiência.

CM	Ano de ingresso de alunos com deficiência
CMB e CMBH	2016
CMRJ e CMPA	2017
CMF e CMR	2018
CMJF e CMCG	2019
CMS e CMSM	2020
CMC e CMM	2021

Fonte 1: (BRASIL, 2014 *apud* LIMA et al., 2018, p. 2)

Feitosa (2017) menciona que não havia o atendimento referente à modalidade Educação Especial, em caráter oficial, nos Colégios Militares³⁸. A autora relata que "alguns eram fadados ao fracasso escolar pela falta de adequação curricular e apoio adequado; e outros que, a despeito das suas necessidades, conseguiam apoiados pelos psicopedagogos, sobreviver ao sistema educacional" (FEITOSA, 2017, p.119). Já Oliveira (2020) afirma que o Sistema Colégio Militar do Brasil já era inclusivo, pelo simples fato dos estudantes que apresentem necessidades especiais comporem os seus bancos escolares. Mas, precisava uma adequação às normas legais específicas "de ingresso, permanência e a aprendizagem desses indivíduos" (OLIVEIRA, 2020, p.195)

Concomitantemente ao tempo histórico em nosso país, era promulgada a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015; Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou igualmente como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Nela há o destino de "assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania." (BRASIL, 2015). Tal lei começou a vigorar, a partir do ano de 2016 (CARVALHO, 2019); trazendo o conceito da pessoa com deficiência, em seu art. 2º, como sendo:

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015)

Essa Lei nº 13.146 vem a tratar sobre o direito à vida, a habilitação e reabilitação, do atendimento à saúde, na educação, da moradia, do direito ao trabalho, assistência social, transporte e mobilidade; dentre outros aspectos. Destaco o Capítulo IV, que trata Do Direito à Educação compreendido do art. 27 ao 30, alguns tópicos:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem

³⁸ Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino." (BRASIL, 1996, p. 30)

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

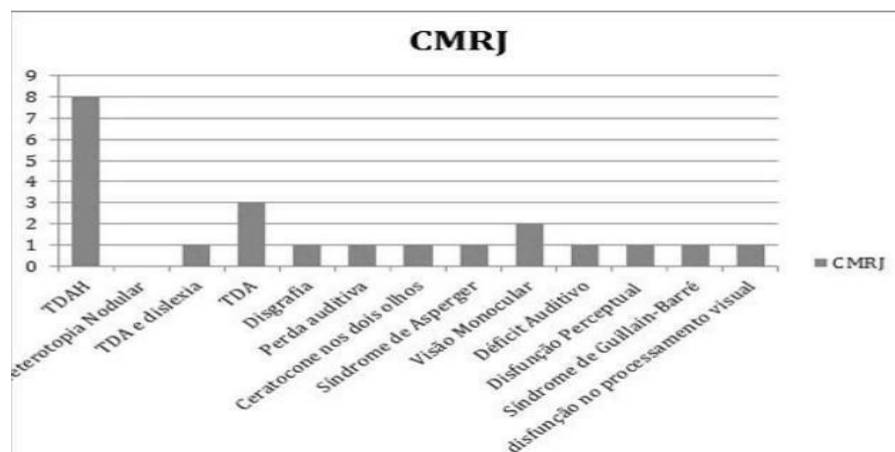
XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

Todas essas mudanças, advindas de propostas já asseguradas, endossadas, afirmadas e respaldadas em leis³⁹ e decretos de âmbito nacional e internacional, colaboraram para reformas curriculares no Sistema Colégio Militar do Brasil.

3.2 O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA A APLICAÇÃO DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS.

Ocorreu em 2015, através da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA⁴⁰), órgão ligado ao Exército Brasileiro, "um levantamento⁴¹ dos alunos com laudos de necessidades especiais que se encontram no Sistema Colégio Militar do Brasil⁴²." (LIMA et al, 2018, p. 03).

Gráfico 1: cenário investigativo - Colégio Militar do Rio de Janeiro - CMRJ



Fonte 2: (BRASIL, 2015a *apud* LIMA et al., 2018, p. 7)

Uma observância a ser mencionada é a de que "dos 22 alunos com algum tipo de transtorno, oito apresentaram o TDAH" (LIMA et al., 2018, p. 7)

O Projeto Pedagógico de 2015, além de fazer menção em seu marco situacional, os direcionamentos que os Colégios Militares deveriam ter como conformação de seus

³⁹ Cardoso (2016, p.233) atribui "as profundas mudanças vividas pela sociedade brasileira, no que tange às políticas públicas de educação e no período das últimas décadas" o fator da redefinição do contexto em que se situam os Colégios Militares

⁴⁰ Todos os Colégios Militares que compreendem o ensino da 6ª ano de Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, são subordinados à DEPA; segundo o Regulamento dos Colégios Militares R - 69. (BRASIL, 2008)

⁴¹ Para esse trabalho, me ative apenas ao Colégio Militar do Rio de Janeiro, objeto do estudo. ⁴² Trataremos mais concernentemente ao Colégio Militar do Rio de Janeiro, por ser o objeto da pesquisa.

alicerces para promoção de acessibilidades físicas; foram demonstrados gráficos que evidenciaram como levantamento que apenas 10% (179 dos 1.589 profissionais pesquisados) dos "docentes/ agentes possuem formação ou algum curso com foco na educação inclusiva" (PP/SCMB, 2015, p. 46). Acrescenta-se a meta 8, do projeto: "Adequar-se à acessibilidade e à educação inclusiva, (PP/SCMB, 2015, p.56), cuja estimativa do prazo médio até 3 anos para cumprimento dessa meta no CMRJ era do ano de 2018. (PP/SCMB, 2015). A publicação da mesma em Boletim do Exército, ocorreu no dia 3 de junho de 2016; incluindo a Portaria nº 053 – DECEX, de 18 de maio do mesmo ano; com vigência até o ano de 2017. Feitosa (2017) afirma que esse documento foi um dos precursores para advir a formulação das Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB.

As Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB - DPEE/SCMB (2015, p. 03), elenca quais documentos foram referenciais para essa elaboração dentre eles, Constituição Federal de 1988 - CF, nos artigos 208 e 227; Lei n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN; Declaração de Salamanca/1994. Segundo essas diretrizes, entende-se que é a partir da LDBEN- 9394/96 e da CF 88 que serviu como marco histórico e legal para a inclusão nos colégios militares. Seus objetivos foram as seguintes listadas abaixo:

- a. Orientar os Colégios Militares no que tange aos procedimentos pedagógicos para a implantação da educação especial.
- b. Normatizar a composição, a função e as atribuições da Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE)
- c. Orientar e padronizar a confecção e o preenchimento dos documentos de diagnóstico dos alunos público alvo da educação especial.
- d. Orientar a adaptação curricular dos PSD para os alunos público da educação especial
- e. Orientar e normatizar a elaboração do Planejamento Educacional Individualizado (PEI) para os alunos público alvo da educação especial
- f. Padronizar o ensalamento dos alunos público alvo da educação especial
- g. Regular a composição e o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais
- h. Regular a composição e o funcionamento das Salas Especiais
- i. Orientar a adaptação curricular dos PED e Planos de Aula para as turmas com alunos público alvo da educação especial das Normas de Avaliação da Educação Básica para os alunos público alvo da educação especial
- j. Orientar a adaptação curricular das Normas de Avaliação da Educação Básica para os alunos público alvo da educação
- k. Regular a elaboração de certificação, ementas e diplomas dos alunos público alvo da educação especial nas turmas regulares
- l. Orientar os procedimentos pedagógico-administrativos para o aspecto da "terminalização" do ensino fundamental ou médio antes/depois do prazo legal

Nesse documento, são descritos e explicados o público alvo da Educação Especial:

- a) Estudantes com deficiência – aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras podem ser obstruída sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.
- b) Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento – aqueles que apresentam quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação e/ou estereotípias motoras. Trata-se de alunos caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas, e modalidades de comunicação e por um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.
- c) Estudantes com altas habilidades ou superdotação – aqueles que apresentam potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas.
- d) Estudantes com transtornos funcionais específicos – aqueles que tem impedimentos de curto prazo: dislalia, disortografia, discalculia, dislexia, TDA, TDAH E TOD. Os estudantes incluídos nos itens a, b e c, devidamente avaliados pela equipe multidisciplinar, serão atendidos pela Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) e os inclusos no item "d" serão assistidos pelas Seções Psicopedagógicas. DPEE/SCMB (2015, p. 06)

Arantes (2006, p.42) explica no que se refere a esse público alvo da educação inclusiva

que:

atender a alunos com necessidades educacionais especiais nessas classes implica atentar para mudanças no âmbito dos sistemas de ensino, das unidades escolares, da prática de cada profissional da educação em suas diferentes dimensões e respeitando suas particularidades.

3.3 A FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES E TÉCNICOS VISANDO A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Para que sejam assegurados os direitos daqueles indivíduos alvos da educação especial inclusiva, precisamos refletir que não apenas as leis são garantidoras desse acesso. (BRAZ, 2017).

Do mesmo modo, deve ser alvo da preocupação de governantes, especialistas e da sociedade, o completo amparo estrutural e logístico que envolva, o acesso, a permanência, a mobilidade e a atuação desses alunos no ambiente escolar. (BRAZ, 2017, p. 36)

Evidenciando isso, em 2016, a Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial elaborou o documento *Rendimento Escolar e Procedimentos Pedagógicos*. Gonçalves (2016) se refere ao material como "a coletânea documental as análises consubstanciadas em uma série história de mais de 11 anos de

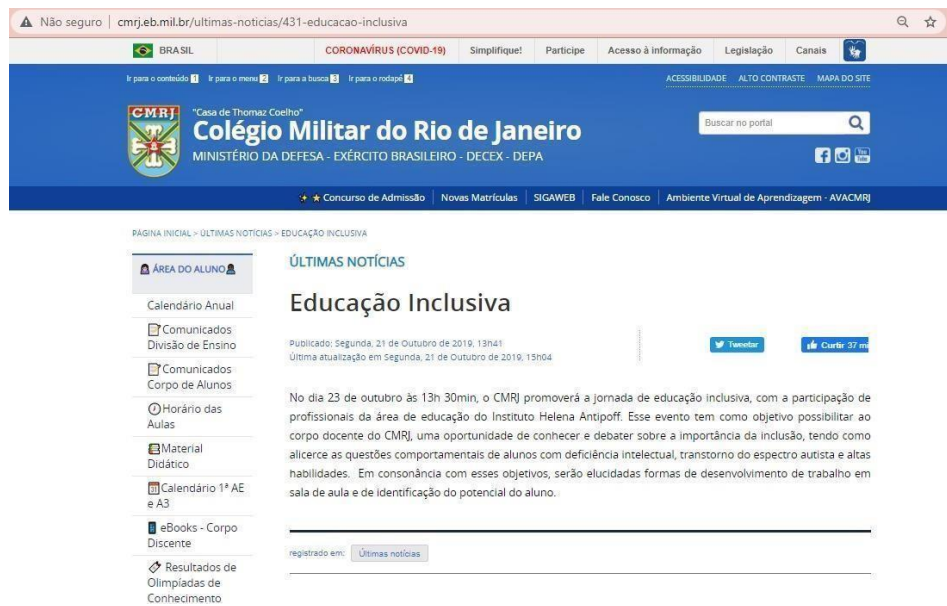
pesquisas a respeito das práticas pedagógicas no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB)", segundo Gonçalves (2016, p.4). Em seu capítulo 3 para tratar acerca da Educação Especial no Sistema Colégio Militar do Brasil, temática esta que foi implementada mediante o resultado de aportes referente às leis assegurando a inclusão dos estudantes nas escolas brasileiras. Os documentos basilares que respaldaram essa inclusão são inspirados e acordados através de cunho nacionais e internacionais, aonde é destacado a Política Nacional de Inclusão. Nesse arcabouço documental, é afirmado que no ano de 2013, é desenvolvido o Projeto de Educação Especial e Inclusiva. A respeito disso, é citado que:

Para que todo esse projeto alcance as metas desejadas e previstas no Projeto Pedagógico, a Assessoria Especial de Gestão de Projetos (AEGP) da DEPA vem cuidando da parte de acessibilidade dos Colégios Militares e a Seção de Ensino, da adaptação curricular para o que se refere à inserção da educação especial. (GONÇALVES, 2016, p.36).

É mencionado nesse documento que para a elaboração das Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB, ocorreu aparceramento acadêmico e fraterno com o Instituto Helena Antipoff, na cidade do Rio de Janeiro, (porém não informado uma data de tal feito); na qual visam a luta e o trabalho para o aprendizado de crianças e adolescentes com deficiência. Isso inclui a formação e capacitação dos docentes para o ofício em salas de aula e nos atendimentos educacionais especializados. A DEPA aconselhou aos Colégios Militares a lerem o documento mencionado, além de registrar que o corpo técnico do Instituto estará a disposição para colaborar na introdução da Educação Especial, estendendo até a sua realização no Sistema Colégio Militar do Brasil. Caso haja alguma indagação sobre tal introdução ou algo que precise de orientação, pode ser procurado o DEPA, na parte do ensino.

Podemos evidenciar através dessa publicação abaixo, que consta na página do Portal do CMRJ; a qual é disponibilizada de acesso ao público, uma palestra com o Instituto Helena Antipoff (IHA) para tratar sobre a inclusão e sua importância. O provimento de informações que possibilitem a formação continuada e possíveis respostas para eventuais dúvidas no campo da prática docente é apresentada por Fernandes e Orrico (2012, p.18) com a qual afirma que "a necessidade da resposta e o desejo do conhecimento iniciam modos e processos de busca de entendimento e transformação da realidade".

Figura 1: Divulgação de evento presencial em 2019 no CMRJ



Fonte 3: COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO. SEMANA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Disponível em:< <http://www.cmb.eb.mil.br/index.php/artigos/455-semanda-da-inclusao>>. Acesso em: 10 jun. 2021

Com o objetivo de evidenciar a preocupação do Exército Brasileiro numa formação⁴³ que contemple uma capacitação e reflexão do assunto da educação inclusiva, temos o Centro de Estudos de Pessoal do Exército e Forte Duque de Caxias(Leme - Rio de Janeiro); como um Estabelecimento de Ensino, de referência para o tema, segundo Celestino (2017, p.29) sugere:

O tema da educação inclusiva e sua implementação no Sistema Colégio Militar do Brasil tem se apresentado no cotidiano de trabalho na instituição de ensino superior acima referida, considerando a aproximação junto aos alunos matriculados nos cursos Lato Sensu de Psicopedagogia e Coordenação Pedagógica, os quais ao concluírem a formação serão alocados nas diversas organizações militares de ensino vinculadas ao Exército Brasileiro e dentre estas, nos Colégios Militares sediados em todo o Brasil, instituições estas, que possuem como demanda crescente, a incorporação de crianças e adolescentes com deficiência e/ou com necessidade educativas especiais.

A unidade militar Centro de Estudos de Pessoal/Forte Duque de Caxias, oferta:

⁴³ A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais. (MANTOAN, 2006, p.57)

o curso de Psicopedagogia Escolar aos Oficiais Superiores das Armas, Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência, e aos Capitães aperfeiçoados e Oficiais Superiores do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) das especialidades de Magistério, Psicologia e Pedagogia. Percebe-se, pela finalidade indicada em sua portaria de criação, que este curso busca formar o Psicopedagogo Institucional.(RIBEIRO, 2017, p.55)

Destacamos que o Curso de Psicopedagogia Escolar (CPE) do CEP/FDC tem por finalidade habilitar oficiais para ocupar cargos e desempenhar funções de Chefe da Divisão de Ensino, Chefe da Seção Psicopedagógica, [...]e demais atividades de coordenação e assessoramento psicopedagógico nos Estabelecimentos de Ensino e nos Órgãos Gestores do Sistema de Ensino do Exército. (RIBEIRO, 2017, p.54)

Porém, esta atuação será em ambientes militares, na parte de ensino (RIBEIRO, 2017). "Dessa forma, podemos designá-lo como Psicopedagogo Militar, pois se trata de oficial de carreira especializado, por meio de uma pós-graduação *lato sensu*, com enfoque na sua futura atuação "(RIBEIRO, 2017, p. 55)

Nessa organização militar que se destina ao "ensino e pesquisa em Ciências Humanas do Exército Brasileiro" (CUNHA, 2017, p.11). A autora defende que "é justamente na pesquisa que o CEP/FDC aproxima o Exército Brasileiro da sociedade e da comunidade acadêmica"(CUNHA, 2017, p.11). Gil (2017, p.13) endossa que no ano de 2017⁴⁴, a temática foi "*Educação Inclusiva: Avanços e Desafios*, questão de grande importância para a Educação no Brasil". A justificativa apresentada por Gil (2017, p. 13) foi a seguinte:" o tema ganha maior relevância ainda tendo em vista a demanda crescente nos Colégios Militares para que recebam alunos com necessidades especiais"

Bergamo (2010, p.12) frisa o assunto da pesquisa, classificando que "um dos princípios científicos e educativos mais significativos para a construção do conhecimento". É através dela, que ocorrerá os meios para a investigação da educação especial, que podem contribuir para uma mais acertada execução da situação real da educação, considerando que há uma variedade de estudantes que frequentam, com a finalidade de proporcionar o conhecimento as sapiências que fazem parte das ações curriculares, afirma Bergamo (2010). O autor, preconiza a

⁴⁴ Nesse ano, ocorreu o 2º Desafio Global de Conhecimento, nos dias 04 à 07 de outubro; com o tema Inclusão e Acessibilidade. Tal atividade, reuniu aproximadamente 400 estudantes dos 13 CM da época.(BARROS, 2017). Ali houveram " cinco atividades distintas: Feira de Ciências, Feira de Robótica, Olimpíada de Matemática, QUIZ (jogos de perguntas e respostas) e uma Simulação de Órgãos das Nações Unidas, denominado Mundo CM. "(BARROS, 2017, p. 8). Podemos destacar que o CMRJ apresentou o trabalho na "Feira de Ciências" de "Mapa tátil para inclusão" e na área da "Robótica", foi a "CMOVA – cadeira motorizada de movimento por arduino" (BARROS, 2017, p. 14-15)

inquietação frente à cenários que nos âmbitos de inclusão, almejam o foco de dedicação a resultados educacionais mais acertivos. Fernandes e Orrico (2012) revelam que a determinação de decretos e leis advindos da promulgação da Constituição Federativa de 1988, houve uma proporcionante de direitos e acessibilidades. Concernente a ultima citada, ela "se constitui como uma quebra de paradigmas, de uma perspectiva meramente adaptacionista da pessoa com deficiência para uma perspectiva de direito e de funcionalidade" (FERNANDES; ORRICO, 2012, p.99). Os autores afirmaram que:

O termo acessibilidade no campo das práticas e políticas voltadas para a pessoa com deficiência inicialmente configurou-se como específico às pessoas com deficiências físicas e dificuldades locomotoras em seus desafios para lidarem com as barreiras impostas pelo mundo físico

Todavia, pensar no "completo aparato estrutural e logístico que envolve o acesso, a permanência, a mobilidade e a atuação desses alunos no ambiente escolar deve também ser priorizados por governantes, especialistas e sociedade" (BRAZ, 2018, p. 23). Isso inclui:

todo o conjunto de alterações arquitetônicas necessárias às instalações, a criação de espaços com recursos multifuncionais, a aquisição de materiais pedagógicos adequados, a contratação e capacitação de profissionais para atuar em projetos pedagógicos individualizados e de adaptação curricular, ou seja, todas as medidas necessárias para criar melhores condições de acessibilidade, atuação e aproveitamento do ambiente escolar por parte dos alunos com necessidades educacionais especiais.(BRAZ, 2018, p.24)

Braz (2017) tratou sobre os procedimentos administrativos no CMRJ que decorreram para que recursos fossem disponibilizados. Sejam humanos, materiais e financeiros (BRAZ, 2017, p. 36). Acerca deles, é explicado pelo autor:

Dentre os principais aspectos a serem explorados na presente construção, destacam-se as possíveis adaptações estruturais nas instalações do CMRJ, bem como, o planejamento e administração dos recursos financeiros destinados à aquisição de materiais e a especialização dos agentes de ensino para a consecução desse processo.(BRAZ, 2017, p.36)

Quadro 2: Meios de finanças empregues e designado para a educação inclusiva no CMRJ

Ano	Órgão Gestor	Data	Valor	Finalidade
2014	DECEX	09/abr	8.000,00	Cursos de capacitação em educação inclusiva para professores
2016		28/jun	8.000,00	Aquisição de materiais didáticos para educação inclusiva
		28/jun	57.000,00	Adequação de infraestruturas/Adaptação de sala de aula para educação inclusiva
		09/nov	40.000,00	Aquisição de mobiliários, carteiras e equipamentos de informática para educação inclusiva
2017		26/abr	15.120,00	Cursos de capacitação em educação inclusiva para professores

Fonte 4: Divisão Administrativa/ CMRJ, 2017 (*apud* BRAZ, 2017, p.44)

No ano de 2017, a Organização Militar (CMRJ) estava com o projeto em linhas gerais pronto, apenas aguardando ser descentralizado os recursos para então, começar o processo licitatório concernente ao contrato de uma empresa que seja incumbida da responsabilidade pela ação planejada no projeto (BRAZ, 2017)

Para a obra de infraestrutura:

valor total da obra, estimado no projeto, [...] de R\$ 1.117.369,47 (um milhão, cento e dezessete mil, trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e sete centavos), que prevê, dentre outras especificações, a adaptação de instalações sanitárias, a colocação de corrimão nas escadas, a aquisição de materiais de sinalização conforme norma pertinente, bem como a construção de um depósito, de rampas de acesso e de um passadiço de ligação entre os pavilhões. (BRAZ, 2017, p. 44-45)

Figura 2: Mapa do CMRJ



Fonte 5: COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO. MAPA CMRJ..Disponível em:< <http://www.cmrj.eb.mil.br/mapa-cmrj>>. Acesso em: 19 jun. 2021

Braz (2017), sobressai, evidenciando as obras no Pavilhão Carlos Barreto e Pavilhão Marechal Esperidião Rosas, deste Estabelecimento de Ensino. Além de mencionar que os mobiliários do Serviço de Atendimento Educacional Especializado já haviam sido adquiridos. Porém nem Braz (2017), nem as Diretrizes Pedagógicas fazem menção a qualquer documento que as respalde, nominalmente.

O Projeto Pedagógico 2021-2025 do Sistema Colégio Militar do Brasil, reafirma a meta 8 como objetivo a ser galgado para acessibilidade de todos os colégios militares, aponta a atualização de que o CMRJ teve o ano de 2018 como o início da inclusão de discentes com deficiência e traz ainda importantes elementos atualizados acerca da Educação inclusiva. Todavia nesse material, não é citado para conhecimento público a quantidade profissionais capacitados no SCMB.

O tema Educação Especial⁴⁵ obteve avanços significativos dentro do SCMB no quinquênio 2016-2020, principalmente em relação às orientações pedagógicas. Foram expedidas as Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial Inclusiva no SCMB, foram criadas as Seções de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) e disponibilizadas vagas nos concursos de admissão para ingresso de alunos inseridos na Educação Especial, seguindo um cronograma de implantação que se finda, em sua primeira fase, em 2022. Em relação à acessibilidade, os CM também avançaram ao adequar suas estruturas físicas para atender as exigências das normas legais.

Para o cumprimento desta meta, recomenda-se que os CM aparelhem suas SAEE – tanto em infraestrutura como na capacitação de pessoal – e prossigam nas adaptações de suas instalações, visando à consolidação da acessibilidade no SCMB e à oferta plena da Educação Especial. (PP/SCMB,2021, p.83)

CMRJ possui uma revista pedagógica de divulgação pública com assuntos interdisciplinares no formato de artigo científico, a Revista Babilônia. Em sua edição mais recente, contém um artigo que trata sobre inclusão em ambiente de bibliotecas. Lopes (2019) que o escreveu menciona a biblioterapia como ferramenta de inclusão e a importância da formação para bibliotecários a fim de atuarem em espaços que contenham público com necessidades especiais de natureza motora ou intelectual; se apoiando na legislação do Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015.

⁴⁵ "O termo a ser empregado no âmbito do Sistema Colégio Militar do Brasil é "Educação Especial" por se tratar de um atendimento especializado para crianças e adolescentes com deficiência" (PP/SCMB, 2021, p. 53)

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Todo o movimento de lutas e conquistas, advindos de instituições e grupos que buscavam atender as pessoas com necessidades especiais no Brasil e no mundo influenciaram de maneira vertiginosa as políticas públicas e transformaram os conceitos educacionais (exemplo da Escola Nova), colocando o estudante como o centro do processo, preconizando que a sociedade muda para atender à todos. Estudos científicos divulgados e apoiados por organizações participantes da sociedade corroboraram para que houvesse ressignificações de valores acordados em legislações que amparassem e estabelecessem direcionamentos mais pontuais para esse público.

Com o processo de modernização do Exército, houve uma maior responsabilidade social e sensibilidade para atender a demandas que a sociedade necessitava. Partindo disso, muitos estudos e levantamentos foram pensados para melhor atingir necessidades que emergiam, dessa perspectiva inclusiva. As Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB vieram para reafirmar direitos e normatizar práticas que certamente não terão retrocessos. Mas avanços que ficarão para a história de nosso país.

Sabe-se que a parceria com o Instituto Helena Antipoff transcorreu a partir da formulação das Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB, porém; não é mencionado o ano. E esse importante estabelecimento público tem apoiado a formação dos profissionais no CMRJ, sejam eles militares ou não. Além de investimentos do DECEX para custeio de cursos de capacitação em educação inclusiva para professores e a formação em pós graduação para militares de nível superior no CEP/FDC.

Em tempo, não se tem a informação de quantos profissionais estão capacitados, nem os documentos que regulam as reformas arquitetônicas no CMRJ. Certamente, as políticas públicas destinadas a educação especial inclusiva tem propiciado ao Sistema Colégio Militar do Brasil, um repensar as práticas, alinhadas as legislações e teorias educacionais. Mudanças procedimentais, atitudinais, arquitetônicas e de currículo.

Recomenda-se que haja maiores fomentos para pesquisas acerca dos colégios militares, referindo-se à modalidade da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Tendo em vista que a divulgação e parcerias acadêmicas podem proporcionar a todos os envolvidos no processo, ganhos significativos de aprendizagem e troca.

REFERÊNCIAS

BARROS, Otávio Santana do Rêgo. Desafio Global do Conhecimento. **Revista Verde-oliva – Desafio Global do Conhecimento: Inclusão e Acessibilidade**. Brasília, Ano XLIV, n. 239 , p. 8-27, dez. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 abr. 2020.

_____. Decreto 10.202 de 09 de março de 1889. Aprova o **regulamento para o Imperial Colégio Militar**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-publicacaooriginal-51422-pe.html>> Acesso em: 31 mai. 2021.

_____. **Regulamento dos Colégios Militares (R-69)**. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/images/legislacao/R-69_atualizado.pdf> DEP, 2008. Acesso em 15 de out. de 2021.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 31 mai. 2021.

_____. Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. **Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9786.htm> Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> Acesso: 1 mai. 2021

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 16 jun.2021.

_____. **Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB** – DEPA. Rio de Janeiro, RJ, 2015.

_____. **Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil (PP/SCMB)** – DEPA. Rio de Janeiro. RJ, 2015. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/images/legislacao/projeto_pedagogico.pdf> Acesso em: 21 jun. 2021

_____. **Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil (PP/SCMB)** – DEPA. Rio de Janeiro. RJ, 2019. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/images/arquivos/Projeto_Pedaggico_2019__verso_SCMB.pdf> Acesso em: 21 jun. 2021

_____. **Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil (PP/SCMB)** – DEPA. Rio de Janeiro. RJ, 2021. Disponível em: < <http://cmjf.eb.mil.br/arquivos/ProjetoPedagogico2021-2025.pdf>> Acesso em: 21 jun. 2021

_____. Portaria nº 053 do Departamento de Educação e Cultura do Exército, de 18 de maio de 2016. **Aprova a Diretriz que define o Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil (PP/SCMB)**. Disponível em . Acesso em 7 jul. 2019.

BRAZ, Marcio Alexandre de Lima. Estratégias de gestão para implantação da educação inclusiva no CMRJ. **Revista Babilônia**, ano 6, nº 6, p.17 – 28, 2018.

_____. **Educação Inclusiva nos Colégios militares: ações administrativas voltadas à implementação do processo no CMRJ**. 2017. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós graduação especialista em Pedagogia Escolar). Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, 2017. (circulação interna)

BELTHER, Josilda Maria. **Educação Especial**. São Paulo: Pearson, 2017.

BERGAMO, Regiane Banzatto. **Educação especial: pesquisa e prática**. Curitiba: Ibpx, 2010

CARVALHO, Guilherme Marzullo de. **Inclusão das pessoas com deficiências no Sistema Colégio Militar do Brasil: reflexões sobre a formação dos educadores**. 2019. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização de Gestão em Administração Pública) – Escola de Formação Complementar do Exército/Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS – MG, Salvador, 2019

CARVALHO. Fabrícia A, T. de. **Colégio Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva; com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004

CARVALHO, Argens José de. Colégio Militar. Cem Anos de Tradição. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.126, n. 1, p. 123, jan/mar 1989

CELESTINO, Sabrina. Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar: Refletindo sobre a importância de ações interdisciplinares e intersetoriais. **Revista Científica Fundação Osório**. Rio de Janeiro, v.2(1), p. 28-37, 2017. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/rcfo/article/view/2383/1925>>. Acesso em: 10 abr. 2021

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO. **MAPA CMRJ**. Disponível em:< <http://www.cmrj.eb.mil.br/mapa-cmrj>>. Acesso em: 19 jun. 2021

_____. **SEMANA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Disponível em: < <http://www.cmb.eb.mil.br/index.php/artigos/455- semanda-da-inclusao>>. Acesso em: 10 jun. 2021

CORRÊA, Maria Angela. Monteiro. **Educação Especial**. v.1 Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. Do "sonho de Caxias" à "Casa de Thomaz Coelho": A criação do Imperial Colégio Militar. In; CHAVES, M. W. ; LOPES, S.DE C. (Orgs). **Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2009. P. 101-120.

CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da. CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL E FORTE DUQUE DE CAXIAS. In: CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da; RAMOS, Luis Felipe Simões (Org). **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: Centro de Estudo de Pessoal, 2017. p. 11-12

D'OSSO, Gleibson Fernandes. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA: AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA CAPACITAÇÃO LATO SENSU NO DESEMPENHO PROFISSIONAL DOS CONCLUDENTES**. 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós graduação especialista em Ciências Militares). Escola de Formação Complementar / Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2019. Disponível em <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5272?mode=full>>. Acesso em: 04 jun. 2021

Estado-Maior do Exército. 2013. EME. Boletins do Exército. **Portaria nº 122-EME, de 26 de junho de 2013**. Disponível em < <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1666/1/be27-13.pdf>>, Acesso em: 01/06/2021

Estado-Maior do Exército. 2013a. EME. Boletins do Exército. **Portaria nº 183-EME, de 6 de setembro de 2013**. Disponível em: < http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php>. Acesso em: 27 jul 2021.

FEITOSA, Alessandra Martins Gomes. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL: o currículo escolar como paradigma da mudança. In: CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da; RAMOS, Luis Felipe Simões (Org). **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: Centro de Estudo de Pessoal, 2017. p.115-132

FERNANDES, Mascarenhas Edicléa; ORRICO, Helio Ferreira. **Acessibilidade e inclusão social**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Descubra, 2012.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: InterSaberes, 2013 – (Série Fundamentos da Educação).

FERNANDES, S. S. Entrevista com o Chefe do DECEX. **Revista Da Cultura**. edição 26, mar. 2016. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/images/revista/29_REV_FUNCEB_5i2l5n.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História: volume único**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2005

FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2011.- (Coleção Primeiros Passos; 343)

FREITAS, A. V . et al. Educação inclusiva no Colégio Militar de Salvador: a ótica do corpo docente sobre a inclusão escolar. **RICAM Revista Interdisciplinar De Ciências Aplicadas à Atividade Militar**, Bahia ano 6 p. 41-58, 2016. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RICAM/article/view/1186>>. Acesso em: 15 jun. 2021

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed, São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Ernesto de Lima. PREFÁCIO. In: CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da; RAMOS, Luis Felipe Simões (Org). **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: Centro de Estudo de Pessoal, 2017. p. 13-16

GILBERTO, Cardoso. O futuro. In DEPA. **Sistema Colégio Militar do Brasil: da gênese ao futuro**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2016

GONÇALVES, L. C. G. Rendimento escolar e procedimentos pedagógicos. **XXVI CEDEPA**, 2016. Disponível em:<<https://mail.google.com/mail/u/0/?ogbl#inbox/FMfcgzGkXmbCSHmvNHlrvbGTrxQzLxfk?projector=1&messagePartId=0.1>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

GONÇALVES, Elias Rocha. et al. **Políticas públicas da educação especial Brasil/Portugal**. 1 ed. Rio de Janeiro; Autobiografia, 2017.

LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar. In: GOÊS, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. (Org.). **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**, 4. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013

LIMA, Letícia Aparecida Alves., et al. A Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil: o estudo de caso sobre o Atendimento Educacional Especializado. **Revista Espacios**,[S.I.],vol. 39, nº 25, 2018, p. 1-9 Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a18v39n25/a18v39n25p26.pdf>>Acesso em: 01 jun. 2021.

LOPES, Gonzalo. Direito **educacional e o processo de inclusão: normas e diálogos para entender a escola do século XXI**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018

LOPES, Iris Cristina Santos da Silva. A Biblioterapia como uma ferramenta de inclusão. **Revista Babilônia**, ano 7, nº 7, 2019. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RB/article/view/6750/5841>> Acesso em: 21 jun. 2021

LOZADA, Gisele. **Metodologia científica** [recurso eletrônico] / Gisele Lozada, Karinada Silva Nunes; {revisão técnica: Ane Lise Pereira da Costa Dalcul}. – Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar** : o que é? por quê? como fazer? — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MEDEIROS, Janiara de Lima. DESAFIOS PARA O GESTOR DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: integrar ou incluir alunos com deficiência na era tecnológica. In: CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da; RAMOS, Luis Felipe Simões (Org). **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: Centro de Estudo de Pessoal, 2017. p.19-40

MELLO, Luiz Gonzaga de. Sentimento de Gratidão. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.126, n. 1, p. 101, jan/mar 1989

MELLO, Cheila Dionisio de. **O processo de implantação das políticas de educação inclusiva no Colégio Militar de Curitiba: o olhar dos estudantes**. 2019. 230 f. Dissertação apresentada ao curso de Pós Graduação em Educação, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação. Curitiba. Universidade Federal do Paraná. Disponível em < <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/62047> >. Acesso em 09 jun. 2021

OLIVEIRA, Mirella Novais. **Componentes Necessários para inserir a Educação Especial no sistema Colégio Militar do Brasil**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020

RECKZIEGEL, Paulo Eduardo da Costa. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS COLÉGIOS MILITARES: novos desafios para o Sistema de Ensino Militar. In: CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da; RAMOS, Luis Felipe Simões (Org). **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: Centro de Estudo de Pessoal, 2017. p.91-114

RIBEIRO, Ricardo de Queirós Batista. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA O ATENDIMENTO AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA. In: CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da; RAMOS, Luis Felipe Simões (Org). **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: Centro de Estudo de Pessoal, 2017. p.41-66

RODRIGUES, Liz Helena Silveira do Amaral. Consolidação da Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o contexto histórico da criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, seus trabalhos preparatórios e a participação do Representante da República Federativa do Brasil. **Polifonia. Revista Internacional Academia Paulista de Direito**. São Paulo, n. 4, p. 180-207, primavera/verão 2019. Disponível em: <<https://apd.org.br/direitos-humanos-a-consolidacao-da-protexao-internacional-dos-direitos-humanos-e-o-contexto-historico-da-declaracao-universal-dos-direitos->

humanos-seus-trabalhos-preparatorios-e-a-participacao-do-re/> Acesso em: 05 jun.2021.

SILVA, Maria Aline da. **Educação Especial e inclusão escolar**. Curitiba: IBPEX, 2010

SILVA, Michela Carvalho da. **Educação inclusiva**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

SILVEIRA, A. R. M.; SILVA, J.A.C. É possível ser plenamente inclusivo no Sistema Colégio Militar do Brasil? **EDUCARE – Revista Científica do Colégio Militar de Fortaleza**, Fortaleza, ano 6, nº 10, p. 60-69, Nov/2014.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto alegre, ano 8,nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?lang=pt>> Acesso em: 16 jun. 2021

ONU – Organização das Nações Unidas. 1948. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. (Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris por meio da Resolução 217 A (III). Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> >. Acesso em: 05 jun. 2021.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.Tailândia, 1990. Disponível em : < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>> Acesso em 05 jun. 2021

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
Declaração de Salamanca. Espanha: Unesco, 1994. Disponível em:
<<https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 3 jun.2017.